

Fundação Getúlio Vargas

Escola Superior de Ciências Sociais

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

conforme previsto pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004,
submetido ao INEP como parte integrante do SINAES.

Rio de Janeiro

Março de 2011

Comissão de Auto-Avaliação

Coordenadora

Helena Bomeny

Representantes Docentes

Carlos Eduardo Sarmento

Celso Castro

João Marcelo Ehlert Maia

Representante do Corpo Técnico Administrativo

Judite Helena Giolito

Kátia Gomes da Silva

Representante da Sociedade Civil

Eugenia Motta

Representante do Corpo Discente

Hozana Beatriz Cabral

Luiza Malafaya

ÍNDICE GERAL

- 1. Introdução – 4**
- 2. Perfil Institucional da Escola Superior de Ciências Sociais – 6**
 - 2.1 A Mantenedora - 6
 - 2.1.1 Perfil Institucional da FGV – 6
 - 2.1.2 Histórico da FGV – 6
 - 2.1.3 Novos Desafios – 7
 - 2.1.4 O Investimento da FGV em Ciências Sociais – 7
 - 2.1.5 Biblioteca Mario Henrique Simonsen – 8
 - 2.1.6 Infraestrutura Física – 8
 - 2.2 O Ambiente Institucional da ESCS – 10
 - 2.2.1 As Atividades de Ensino – 11
 - 2.3 A Escola Superior de Ciências Sociais - 12
 - 2.3.1 – Credenciamento da Escola e Autorização do Curso – 12
 - 2.3.2 – Autorização do Curso de Licenciatura em História – 14
- 3 – Políticas de Ensino, Pesquisa, Especialização e Pos-Graduação – 16**
 - 3.1 – Laboratórios e Núcleos de Pesquisa – 16
- 4 – Políticas de Pessoal e de Carreira – 20**
 - 4.1 – Carreira do Corpo Docente – 20
 - 4.2 – Corpo Técnico-Administrativo – 21
- 5 Resumo das Ações da CPA - 22**
 - 5.1 Dimensão Avaliativa 1 – 22
 - 5.2 Dimensão Avaliativa 2 – 23
 - 5.3 Dimensão Avaliativa 3 – 25
 - 5.4 Dimensão Avaliativa 4 – 27
 - 5.5 Dimensão Avaliativa 5 – 28
 - 5.6 Dimensão Avaliativa 6 – 29
 - 5.7 Dimensão Avaliativa 7 – 31
 - 5.8 Dimensão Avaliativa 8 – 32
 - 5.9 Dimensão Avaliativa 9 – 34
 - 5.10 Dimensão Avaliativa 10 – 37
- 6 Resultados Obtidos A Partir da Aplicação dos Questionários – 38**
 - 6.1 – Corpo Docente – 38
 - 6.2 – Corpo Técnico-Administrativo – 53
 - 6.3 – Corpo Discente – 65

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Auto-avaliação Institucional (CPA) da Escola Superior de Ciências Sociais (ESCS) da Fundação Getúlio Vargas teve, durante o ano de 2010, três grandes eixos de atividades: o processo de avaliação institucional externa promovido pela Comissão designada pelo INEP/MEC, a reforma da composição de seus membros e a elaboração e aplicação das ferramentas avaliativas preconizadas nos relatórios anteriores. Desta forma, o presente relatório, procurará se ater a estes três conjuntos de iniciativas, buscando sintetizar alguns dos resultados obtidos no último ano de atividades e assinalando algumas das observações construídas e as ações propostas por esta Comissão.

Em abril de 2010, observando a conclusão do biênio de atividades da CPA constituída no ano de 2008, os membros da CPA se reuniram para discutir a reformulação de sua composição. A profa Helena Bomeny, que exercia a função de coordenadora da Comissão, aceitou a indicação de sua recondução a esta mesma posição e iniciou a remontagem deste colegiado. Inicialmente, foi informado à CPA que o prof Gilberto Velho, da Academia Brasileira de Ciências, informara que, em razão de seus compromissos acadêmicos e institucionais, não mais poderia contribuir com esta Comissão na condição de representante da sociedade civil organizada. A profa Bomeny realizou consultas aos membros da CPA e à comunidade acadêmica que sugeriram a incorporação de um representante que pudesse aliar dois campos de atuação de nossos egressos: as instituições de pesquisa e as instituições responsáveis pela implementação e disseminação das ações de responsabilidade socioambiental. Para tanto, a coordenadora da CPA dirigiu convite à antropóloga Eugenia Motta, com destacada atuação no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que prontamente o aceitou, passando, desta forma, a integrar a CPA. Um convite também foi feito à funcionária Kátia Gomes da Silva, assistente pedagógica com atuação na Secretaria Acadêmica, que passou a integrar a representação do corpo técnico-administrativo. À composição da CPA também foi incorporado o professor João Marcelo Ehlert Maia, coordenador do curso de bacharelado em Ciências Sociais a partir de abril/2010. Finalmente, atendendo a uma reivindicação anteriormente apresentada, foi ampliada a representação discente nesta Comissão. Em razão da conclusão de seu curso de graduação, Ricardo Nicolay deixou a representação discente que passou a ser exercida

pelas alunas Hozana Beatriz Cabral e Luiza Malafaya, indicadas pelo Diretório Acadêmico desta Escola.

Já com a nova CPA constituída, a ESCS recebeu, na primeira semana do mês de maio, a visita da comissão externa designada pelo INEP/MEC para proceder à avaliação institucional desta IES. Durante o período em que esteve presente, a Comissão realizou um meticoloso levantamento das atividades desempenhas pela Escola e buscou a interlocução com seus quadros acadêmicos e funcionais. Deve-se destacar os contatos mantidos pelos avaliadores e os membros da CPA. Como resultado desta interlocução, houve a incorporação de novas discussões à CPA, o que propiciou, ao longo do ano de 2010, a formulação de novas ações por parte desta Comissão. O resultado do processo avaliativo culminou com a divulgação de seu relatório e a consignação do conceito 4 à Escola Superior de Ciências Sociais.

Finalmente, destacamos a decisão da CPA em formular instrumentos avaliativos mais consistentes e que pudessem oferecer indicadores mais precisos acerca da compreensão e do desempenho da comunidade acadêmica em relação às dimensões da avaliação institucional. Para viabilizar esta proposta, foi solicitado ao Núcleo de Pesquisa Social Aplicada o desenvolvimento de um modelo de questionário que pudesse ser submetido à comunidade. Após a testagem de alguns modelos, a CPA decidiu pela aplicação deste instrumento avaliativo entre os meses de novembro e dezembro do ano de 2010. O alto nível de respostas aos questionários possibilitou o desenvolvimento de diretrizes avaliativas e a orientação de algumas sugestões.

Desta forma, neste relatório sistematizaremos estas informações e indicaremos as ações planejadas e desenvolvidas e a sua interlocução com a comunidade acadêmica e os corpos dirigentes da IES e da Mantenedora.

2 – Perfil Institucional da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV

A Escola Superior de Ciências Sociais da FGV, situada no Rio de Janeiro, à Praia de Botafogo 190 é unidade de ensino mantida pela Fundação Getulio Vargas.

2.1. Mantenedora: Fundação Getulio Vargas (FGV)

2.1.1. Perfil Institucional da FGV

A Fundação Getulio Vargas, instituição privada sem fins lucrativos, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com estatuto registrado no 17º Cartório de Ofícios e Notas, da Comarca do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1944, é a Instituição Mantenedora da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. A Fundação Getulio Vargas está situada na Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro, CEP 22250-900, CNPJ 33.641.663/0001-44, Registro Civil de Pessoa Jurídica n. 15987.

2.1.2. Histórico da FGV

Em seus mais de 60 anos de existência, a Fundação Getulio Vargas, com suas escolas e núcleos de pesquisa, transformou-se em um importante centro de pensamento sobre a realidade socioeconômica brasileira, destacando-se pela qualidade e seriedade da informação que produz e oferece à sociedade. Ao longo desse período, a FGV gerou uma grande quantidade de bens públicos e foi continuamente avaliada como um centro de excelência em pesquisa e ensino.

No campo do ensino, a iniciativa pioneira da FGV nos anos 1950 consistiu na criação da Escola Brasileira de Administração Pública – atual EBAPE – no Rio de Janeiro, e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP –, ambas oferecendo cursos de graduação. Na década de 1960, surgiram os cursos de pós-graduação em Administração Pública. Em 1966, a partir do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE 12/12/1960) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, foi criada a Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE –, oferecendo cursos de mestrado. Em 1974 foi criado o Programa de Doutorado da EPGE. Ao lado da pós-graduação *stricto sensu* em Administração e Economia, a FGV lançou-se desde então ao

ensino de pós-graduação *lato sensu* em diversas outras áreas. Paralelamente, também de modo pioneiro, desenvolveu várias linhas de pesquisa e consultorias. Os índices econômicos produzidos pelo IBRE são sabidamente utilizados como referência em todo o país.

Acordos e intercâmbios nacionais e internacionais garantem a contínua troca e atualização dos conteúdos educacionais. Além de investir sistematicamente em novas tecnologias e metodologias ligadas ao ensino a distância, a instituição mantém publicações de alto nível, seja sob a forma de periódicos, seja sob a forma de livros editados por sua própria Editora. O coroamento de décadas de investimento em pesquisa, ensino e acervo é a Biblioteca Mario Henrique Simonsen, na sede da FGV do Rio de Janeiro, considerada uma das melhores e mais atualizadas do país.

2.1.3. Novos desafios

Ao se iniciar o novo milênio, a FGV impôs-se novos desafios. Com o país buscando retomar seu desenvolvimento, são crescentes as demandas por investimentos em educação e aperfeiçoamento dos modelos de gestão. A FGV está empenhada no aprimoramento e diversificação de seus cursos e pesquisas, bem como na oferta de bens públicos, sob a forma de informações e pesquisa histórica.

Lançando-se em novas frentes, o principal investimento da FGV nos últimos anos tem sido a criação de cursos de graduação. Em 2002, o curso de graduação em Administração, que havia sido suspenso nos anos 80, voltou a ser ministrado pela EBAPE no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano também foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o curso de graduação em Economia. Em 2004, começaram a funcionar os cursos de graduação em Economia, em São Paulo, e Direito, em São Paulo e no Rio. Em 2005, a FGV teve autorização do MEC para o credenciamento da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS, com a abertura do curso de graduação em Ciências Sociais, no Rio.

2.1.4. O investimento da FGV em Ciências Sociais

A valorização das Ciências Sociais esteve tradicionalmente presente na FGV. Intelectuais que são referência nos campos da Sociologia, da Ciência Política e da História tiveram na FGV espaço de atuação como professores e pesquisadores.

Guerreiro Ramos é um desses patrimônios intelectuais sempre lembrados. O cruzamento das Ciências Sociais com a História foi prolongado com a presença e atuação de cientistas sociais e historiadores publicamente reconhecidos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman, Elisa Reis, Clóvis Brigagão, Gerson Moura e José Murilo de Carvalho, entre outros.

A vocação para as Ciências Sociais teve no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, sua sustentação prioritária entre as unidades que integram a FGV. O histórico do CPDOC-FGV esclarece a origem e as linhas fundamentais do projeto político-pedagógico da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS da Fundação Getúlio Vargas.

2.1.5 Biblioteca Mario Henrique Simonsen para atendimento aos professores e alunos da Escola Superior de Ciências Sociais

A Fundação Getúlio Vargas mantém em sua sede no Rio de Janeiro, onde a Escola de Ciências Sociais está localizada, uma das mais completas bibliotecas do país no campo das Ciências Sociais, incluindo aqui os títulos de História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Administração e Direito. Com a abertura dos cursos de graduação a partir de 2000, a Fundação ampliou o investimento na aquisição de livros e revistas, cobrindo todas as áreas de interesse dos diversos cursos. O Curso de Ciências Sociais se beneficia com aquisições regulares e com um catálogo diversificado e especializado para atendimento a todas as disciplinas oferecidas na grade regular. Uma das mais regulares políticas da Biblioteca Mario Henrique Simonsen é de atualização do acervo e sua disponibilização imediata aos usuários.

2.1.6. Infraestrutura física

A IES dispõe de salas, auditórios, biblioteca, livraria, laboratórios de informática, salas de estudo, espaço de conveniência, restaurante e outros espaços mobiliados, com iluminação e ventilação adequados ao uso dos discentes. Todos os espaços estão aptos ao recebimento de alunos portadores de necessidades especiais, com móveis e acesso específicos ao atendimento desses alunos. Do espaço físico destinado aos cursos de graduação e pós-graduação consta um conjunto de 33 salas de aula e auditórios do edifício sede da mantenedora, laboratórios de informática, equipamentos

audiovisuais. As salas dos professores são dotadas de microcomputador com leitor de DVD, acesso à internet, ao acervo da biblioteca, aos periódicos da CAPES e à rede FGV. A sala de reuniões não possui equipamentos fixos, mas possui pontos de rede e estrutura para instalação de projetores multimídia ou outros equipamentos solicitados ano momento da reserva de sala. As 15 (quinze) salas de aula, com capacidade total de 585 (quinhentos e oitenta e cinco) alunos e 710 (setecentos e dez) metros quadrados são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ar condicionado central, cadeiras dentro dos padrões ergonômicos, equipamentos audiovisuais e de informática (computador com leitor de DVD e acesso à internet e projetos de multimídia), atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício dessa atividade. As salas estão distribuídas da seguinte forma:

3º andar

4 auditórios (salas 306, 307, 317 e 318) com metragem cuja média é de 92,00 m²
1 auditório (sala 308) e 1 sala (310) com metragem cuja média é de 77,5 m²

4º andar

2 salas (406 e 421) com metragem cuja média é de 38,5 m²
2 salas (409 e 414) com metragem cuja média é de 68,00 m²
5 salas (410, 411, 418, 419 e 420) com metragem cuja média é de 43,5 m²

5º andar

1 auditório com metragem cuja média é de 92,5 m²

8º andar

4 auditórios (1, 2, 3 e 4) com metragem cuja média é de 94,5 m²

9º andar

2 auditórios (salas 925 e 926) com metragem cuja média é de 98,00 m²

10º andar

5 salas (salas 1012, 1018, 1019, 1020 e 1021) com metragem cuja média é de 40,5 m²
4 auditórios (salas 1013, 1014, 1027 e 1028) com metragem cuja média é de 93,00 m²

11º andar

2 auditórios (1 e 2) com metragem cuja média é de 90,5 m²

Laboratórios de Informática

Lab 1 (4º andar) - 26 terminais service (thin client) e um micro de professor
Lab 2 (13º andar) - 32 terminais service (thin client) e um micro de professor
Lab 3 (13º andar) - 48 terminais service (thin client) e um micro de professor

2.2. O ambiente institucional da Escola Superior de Ciências Sociais: Histórico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973, no Rio de Janeiro, com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas, tendo inicialmente seu próprio acervo como fonte privilegiada de consulta. A proposta de atuação integrada nas áreas de pesquisa e documentação caracterizou o CPDOC como instituição pioneira. Os conjuntos documentais doados ao Centro constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país. Investindo fortemente na história do Brasil no período pós-1930, o CPDOC abriga hoje cerca de 200 arquivos pessoais de homens públicos de destacada atuação no cenário nacional, reunindo mais de 1,5 milhão de documentos textuais, fotografias, discos e filmes. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada, por meio do sítio do CPDOC, são tarefas primordiais do Centro.

Sempre no intuito de resgatar a história contemporânea brasileira, o CPDOC iniciou, ainda em 1975, um programa de História Oral até então inédito no país. Desde aquela data, seus pesquisadores vêm recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Atualmente, o acervo de História Oral compreende cerca de seis mil horas de gravação, correspondendo a mais de 2.000 entrevistas, em boa parte abertas à consulta. Esse rico material é ponto de partida de diversas produções, como textos de análise, publicações de depoimentos editados, livros sobre temas tratados em conjuntos de entrevistas e teses acadêmicas.

O compromisso de articular documentação e pesquisa faz com que o CPDOC sempre procure aliar em seus projetos a *expertise* técnica à excelência acadêmica de seu quadro de pesquisadores. Sua produção intelectual atinge uma cifra superior a 2.200 títulos, entre livros, artigos, teses e *pré-prints*. Destaca-se nesse conjunto o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-DHBB*, uma das principais obras de referência sobre personagens e temas de história do Brasil no período pós-1930. Atualmente o Dicionário está sendo mais uma vez atualizado com o objetivo de ser disponibilizado à consulta pública e gratuita pela Internet. O CPDOC também publica, sem interrupção,

há mais de 20 anos, a revista semestral *Estudos Históricos*, com artigos de pesquisadores das diversas disciplinas das Ciências Sociais.

2.2.1. As atividades de ensino

Depois de 30 anos de experiência de pesquisa e de organização e preservação de acervos documentais, a equipe de pesquisadores do CPDOC – formada por doutores em áreas específicas das Ciências Sociais, como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História e Relações Internacionais, em sua maioria professores universitários – entendeu que a instituição estava pronta para devolver à sociedade sua tradição de conhecimento sob a forma de ensino.

Com esse objetivo foi criado o Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC). O primeiro curso oferecido pelo Programa, em 2003, foi o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, que em maio de 2009 contava com 86 dissertações defendidas. O Programa teve seu escopo de atuação ampliado em 2006 com a abertura do Mestrado Acadêmico e Doutorado em História, Política e Bens Culturais.

Outra experiência do CPDOC na área de ensino foi a preparação de cursos de pós-graduação *lato-sensu*, voltados para a formação de profissionais aptos ao desempenho exigido pela realidade contemporânea. Mais do que formar especialistas, busca-se desenvolver um trabalho que torne os alunos capazes de entender criticamente a sociedade e as ações dos profissionais como um processo multidisciplinar e integrado, no qual o exercício da liderança e da cidadania é fundamental. A conexão desses cursos com o mercado de trabalho compreende desde a colocação dos alunos como estagiários ou profissionais, até o acompanhamento da carreira dos ex-alunos, para efeitos de pesquisa e recolocação. Assim, a programação dos cursos *lato-sensu* da FGV, entre os quais se incluem aqueles concebidos e ministrados pela equipe do CPDOC, proporciona aprimoramento acadêmico a profissionais que buscam atualização ou especialização em determinadas áreas.

A natural preocupação da FGV com a formação de estudantes em nível de graduação resultou na proposta de criação de mais uma escola – a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Como já ocorrera na década de 1960, quando

pesquisadores vinculados ao IBRE-FGV deram origem à EPGE-FGV, a iniciativa de criação desta nova escola partiu do conjunto de pesquisadores do CPDOC-FGV.

2.3. A Escola Superior de Ciências Sociais

Em 2004, foi instituída uma Comissão de Professores do CPDOC-FGV para a elaboração do projeto pedagógico da futura ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. A comissão composta pelos professores-doutores Helena Bomeny, Celso Castro e Zairo Cheibub elaborou o projeto do primeiro curso de graduação: o de Ciências Sociais. O objetivo era que esse fosse o primeiro de outros cursos afinados com a tradição do CPDOC.

2.3.1. Credenciamento da Escola e Autorização do Curso de Ciências Sociais

Tendo sido os projetos da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS e do Curso de Ciências Sociais discutidos e referendados pelo conjunto dos pesquisadores do CPDOC, a Comissão responsável por sua elaboração iniciou os contatos com o Ministério da Educação para cumprir a agenda de implantação com o credenciamento da Escola e a autorização de abertura do Curso.

No período de 14 a 16 de fevereiro de 2005, a mantenedora FGV recebeu a visita da Comissão de Avaliação do MEC formada pelos professores-doutores Julio Wiggers, da Universidade Federal de Santa Catarina, e José Ivo Follman, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A avaliação da Comissão foi extremamente favorável ao credenciamento da Escola e à autorização do Curso de Ciências Sociais. O relatório foi disponibilizado pelo MEC, com todos os itens avaliados com nota máxima.

As portarias que se seguiram foram as seguintes:

Diário Oficial da União

Número 75, quarta-feira, 20 de abril de 2005

Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

Portaria n. 1.294, de 19 de Abril de 2005

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n. 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto n. 3.908, de 04 de Setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho n. 856/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo n. 23000.011734/2003-71, Registro SAPIEnS n. 20031007346, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a Escola Superior de Ciências Sociais, a ser estabelecida na Praia de Botafogo, n. 190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getulio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, aprovando neste ato o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, pelo período de cinco anos, e o seu Regimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Portaria n. 1.295, de 19 de Abril de 2005

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n. 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto n. 3.908, de 04 de Setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho n. 857/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo n. 23000.011735/2003-15, Registro SAPIEnS n. 20031007348, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Ciências Sociais, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Escola Superior de Ciências Sociais, na Praia de Botafogo, n.190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getulio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

A ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS é um estabelecimento de ensino superior, com limite territorial circunscrito ao Município do Rio de Janeiro,

Estado do Rio de Janeiro, credenciada pela Portaria n. 1.294, de 19 de abril de 2005, publicada no *Diário Oficial* de 20 de abril de 2005.

O Regimento da Escola foi aprovado pelo Sr. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 282, de 21 de junho de 2006. A aprovação do Regimento foi feita pelo Ofício n. 5220/2006-MEC/SESu/GAB/CGLNES. A primeira turma do Curso de Ciências Sociais iniciou suas atividades regulares em fevereiro de 2006.

2.3.2. Autorização do Curso de Licenciatura em História

Em prosseguimento à sua filosofia de ensino, a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS instituiu uma Comissão de Professores para a elaboração do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em História. A Comissão foi formada pelos professores-doutores Marieta de Moraes Ferreira, Ângela Maria de Castro Gomes, Carlos Eduardo Sarmiento, Américo Freire, Marly Motta e Mario Grynspar.

Em 25 e 26 de abril de 2008, a Escola recebeu a Comissão de Avaliação do Curso de Licenciatura em História, constituída dos professores-doutores Giancarlo Moser, da Universidade do Vale do Itajaí (SC), Centro Universitário Leonardo da Vinci, e professora Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), Departamento de Ciências Humanas e Filosofia.

Após a visita da Comissão, a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS recebeu do MEC a autorização para a abertura do Curso de Licenciatura em História. A autorização foi publicada no *Diário Oficial* em portaria específica está reproduzida abaixo:

PORTARIA No- 604, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto no 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG no 670/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento dos cursos superiores de graduação, a serem ministrados pelas instituições isoladas de ensino superior nos endereços, turnos e com o número de vagas, conforme discriminado na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

ANEXO

	Processos SIDOC e Registros Sapiens	Mantenedora e Mantida	Curso	Vagas/turno	Endereço
3	23000.019152/2006-85;	Fundação Getúlio Vargas e	História, licenciatura,	100 totais	Praia de Botafogo,

	20060008810	Escola Superior de Ciências Sociais	no âmbito do ISE	anuais, diurno	nº 190, bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
--	-------------	-------------------------------------	------------------	----------------	--

3 – Políticas de ensino, pesquisa, especialização e pós-graduação

As atividades acadêmicas de ensino foram consideravelmente ampliadas. Além das atividades de ensino na graduação, na pós-graduação (mestrado profissionalizante, mestrado acadêmico e doutorado) e nos cursos de especialização que oferece há três anos – Pós-Graduação em Cinema Documentário, MBA em Bens Culturais e, mais recentemente, MBA em Relações Internacionais – uma nova dinâmica de trabalho foi criada com a organização dos professores/pesquisadores em laboratórios de discussão e produção intelectual. Tais laboratórios reúnem os pesquisadores que trabalham nos referidos campos de investigação e tem se constituído em oportunidade rica aos estudantes de graduação e de pós-graduação de conhecerem os professores, participarem dos debates e acumularem informações importantes para suas próprias escolhas intelectuais futuras. Os alunos participam dos núcleos e recebem créditos de Atividades Complementares previstas na programação da graduação.

3.1. Laboratórios e Núcleos de pesquisa

•Laboratório de Acervos, Memória e Informação – (LAMI)

A formação do LAMI surgiu da iniciativa de um conjunto de professores da Escola com o objetivo principal de promover reflexões de caráter acadêmico e metodológico tendo como foco de interesse os campos da memória, dos acervos e da informação. Em sua programação consta o estabelecimento de uma agenda de discussões capaz de conjugar interesses de pesquisa e de tratamento técnico dos acervos, característicos dos pesquisadores e analistas de documentação e informação, com possíveis temas e preocupações de nossos alunos de graduação e, sobretudo, de pós-graduação.

•Laboratório de Estudos Brasileiros (LEB)

O Laboratório de Estudos Brasileiros (LEB) é uma iniciativa que busca atender os requisitos do plano pedagógico de valorizar e diversificar uma das linhas

mais clássicas de pesquisa desenvolvida no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas - Centro de onde nasceu a Escola Superior de Ciências Sociais - relacionada à sociologia da cultura e aos estudos voltados para o pensamento social brasileiro. A principal atividade de 2008 no âmbito do laboratório foi a promoção do Seminário Internacional “Ibéricos, americanos, africanos e atlânticos: identidade e nacionalidade nos países da comunidade luso-afro-brasileira”, realizado em 27 de maio de 2008.

O LEB conta ainda com mais um projeto de pesquisa (“Trajetórias de Intelectuais em Países de Língua Portuguesa”), graças ao apoio renovado do CNPq a dois professores/pesquisadores da Escola: professores Celso Castro e Helena Bomeny. O projeto contempla ainda a presença da professora Karina Kuschnir (IFCS/UFRJ) e dos professores e pesquisadores portugueses, Antonio Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro do ISCTE/Lisboa.

- **Laboratório de Estudos Políticos (LEP)**

O laboratório foi criado com o objetivo de contemplar um conjunto de estudos que englobem temas como: 1) de um ponto de vista empírico: entre outros temas, o estudo dos processos eleitorais, de políticas públicas, o desenvolvimento histórico das instituições políticas brasileiras, o federalismo brasileiro e a política local, as transformações sociológicas e ideológicas das elites brasileiras, a evolução dos partidos no Brasil; 2) de um ponto de vista mais especificamente teórico e metodológico: a pesquisa comparativa, a formalização de modelos para a investigação empírica em política, a teoria e a prática da análise de conjuntura política, novas leituras da teoria política contemporânea.

- **Laboratório de Estudos Urbanos (LEU)**

O laboratório visa a promover discussões teórico-metodológicas sobre o espaço urbano, as cidades industriais, a des-industrialização e os padrões de segregação sócio-espacial nas metrópoles contemporâneas. O laboratório valoriza a inserção de professores e pesquisadores de diferentes extrações disciplinares.

- **Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM)**

O objetivo do LEM é servir de espaço institucional para atividades relacionadas ao estudo dos militares na perspectiva das Ciências Sociais e da História. A instituição militar no Brasil tem sido objeto de uma linha de pesquisa importante na história do CPDOC, que também inclui a recepção, produção, organização e divulgação de fontes documentais. O LEM está aberto à participação de pesquisadores e estudantes tanto do CPDOC quanto de outras instituições.

- **Laboratório de Estudos sobre Turismo, Esportes e Lazer (LETEL)**

O Laboratório de Estudos do Turismo, Esporte e Lazer (LETEL) tem por objetivo promover o encontro e o diálogo entre orientadores e estudantes que tem como objeto de investigação de suas pesquisas os fenômenos sociais do macro-campo do Lazer, do Esporte e do Turismo. A dinâmica dos encontros periódicos estará baseada no debate acerca de textos referenciais dos marcos teóricos e metodológicos destas áreas de investigação e na apresentação e discussão de pesquisas em andamento. Desta forma, o LETEL funcionará como um “campo de provas” para papers, artigos, dissertações e teses em fase de elaboração.

- **Laboratório de Jornalismo e Sociedade (LJS)**

O laboratório foi estruturado com o propósito de abrigar discussões sobre temas tais como: novas mídias digitais, transformações no campo e no ethos do jornalismo, apropriações e mediações culturais e história dos meios de comunicação.

- **Núcleo de Audiovisual e Documentário**

O Núcleo de Audiovisual e Documentário é uma iniciativa da Escola Superior de Ciências Sociais, um laboratório que pretende proporcionar, para cientistas sociais em

formação, um âmbito de familiarização com o audiovisual e com as possibilidades que oferece quando empregado como meio de intervenção na realidade. A participação no laboratório pressupõe, por um lado, o contato constante com uma filmografia que, tal qual uma bibliografia em cursos acadêmicos, serve de referência e de ponto de partida para reflexões, discussões metodológicas, análises de forma e de conteúdo, enfim, de permanente inspiração para o trabalho do cientista social. O Núcleo não estimula apenas a aproximação com obras produzidas pela Antropologia Visual ou por métodos acadêmicos que se valem das imagens para traduzir e pensar a realidade, como, por exemplo, o Cinema Verdade, de Jean Rouch (um etnógrafo) e Edgar Morin (um sociólogo). Ao contrário, estimula a consulta a filmes das mais diversas tendências ou rótulos que, de alguma forma, dêem margem a uma reflexão acerca das interações e das representações que se dão no meio social. Os alunos que participam do Núcleo já viram, em suas aulas da graduação no curso de Ciências Sociais da FGV, filmes como “O homem com a câmera” (Dziga Vertov), “Berlim, sinfonia de uma metrópole” (Walther Ruttmann), “Viramundo” (Geraldo Sarno), “Opinião Pública” (Arnaldo Jabor) e “Notícias de uma guerra particular” (João Moreira Salles). A inserção dessa filmografia na grade curricular do curso de Ciências Sociais demonstra a importância que a Escola Superior de Ciências Sociais dá a filmes como fontes de estudo, de dissecação do momento histórico e social em que foram produzidos. A participação no Núcleo pressupõe, ainda, realização. Os alunos do laboratório são estimulados a pensar e levantar temas (sejam eles de perspectiva mais histórica ou mais ligada às Ciências Sociais) que vão explorar e analisar em campo. Esses temas devem ser investigados por meio da produção de filmes que, além de documentar a interação entre os futuros cientistas sociais e seu campo de investigação, fornecerão, depois de prontos, material para interpretação, ou seja: constituirão matéria-prima para o exercício científico. O estabelecimento de um tema, a pesquisa antes da filmagem, o registro audiovisual em si, bem como as trocas sociais que pressupõe, a consulta de todo o material filmado, a decisão em relação à forma de se expor os resultados e as conclusões da pesquisa e a seleção do material que comporá o filme final são, sem muita dificuldade, etapas que se podem aproximar daquelas que constituem o trabalho do antropólogo ou do sociólogo: a escolha do objeto de pesquisa, o levantamento de dados sobre ele, a ida a campo e a volta ao gabinete, onde o material apurado em campo é revisto, reavaliado e selecionado para compor um trabalho final que exporá a tese do cientista por meio de uma forma narrativa cuidadosamente determinada.

4 - Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e Corpo Técnico Administrativo e Infraestrutura física

4.1. Carreira do Corpo Docente

A Escola de Ciências Sociais dispôs, para o início de seu funcionamento, com um conjunto bastante qualificado de pesquisadores do quadro permanente da instituição, fato destacado pela comissão que autorizou o credenciamento da Escola. Conta hoje no quadro permanente com 22 doutores e uma doutoranda com defesa marcada para o dia 1 de junho de 2008 no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). A Escola promoveu em maio de 2008 uma seleção para incorporação de recém-doutor na área de Relações Internacionais, por processo seletivo aberto em edital público e divulgado na página da Escola na internet. A Escola contou em 2008 e primeiro semestre de 2009 com a colaboração de cinco professores horistas que contribuem em áreas que não são da especialidade do CPDOC: Filosofia, Comunicação e Expressão, História da Antiguidade e Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. O corpo docente é constituído por professores com títulos de mestre ou doutor, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, podendo exercer suas funções em tempo integral, parcial ou como horista.

Em 2007, com o aumento das atividades de ensino, a Direção da Escola de Ciências Sociais sentiu a necessidade de efetuar mudanças no enquadramento profissional de seus docentes, que em sua maioria migraram da carreira de pesquisador (existente desde o início do funcionamento do CPDOC) para a de professor, distribuídos em cinco níveis e três classes: adjunto, associado e titular. O enquadramento nesses níveis e classes foi feito através de uma Comissão Externa de Avaliação convocada pela presidência da FGV e integrada pelos professores Lindolpho de Carvalho Dias (presidente), José Murilo de Carvalho e Gilberto Velho. A Comissão estabeleceu também os critérios para avaliação de cada nível. Não há previsão de progressão automática entre os níveis, o que só ocorrerá com a realização de novas comissões de avaliação externas. Em outubro de 2010, uma nova comissão externa foi convocada, havendo as indicações de reenquadramento dos professores na carreira.

Em relação à contratação de professores horistas, foi consenso entre o corpo docente, desde o início, que esse deveria ser sempre minoritário em relação ao corpo

permanente da Escola, concentrando-se em áreas nas quais não temos competência ou em situações conjunturais que justifiquem a contratação temporária de um professor horista. Os professores horistas são selecionados a partir de um edital público universal. Uma comissão de professores, indicada pela Coordenação Geral da Escola, procede à avaliação dos postulantes e delibera sobre a escolha do docente.

4.2. Corpo Técnico Administrativo

A ESCOLA é administrada por um Coordenador Geral, dois Coordenadores de Cursos e pelos membros do colegiado, composto pela equipe docente. A Escola possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa. As Secretarias Acadêmica e de Registros Acadêmicos se localiza no terceiro andar, onde se encontram à disposição o departamento financeiro e a área administrativa da Escola. Além disso, existe uma sala de reuniões que pode ser utilizada pelos funcionários administrativos. Além dos órgãos de atendimento direto aos alunos, a Coordenação conta com o apoio acadêmico de uma Assistente Acadêmica, uma Gerente Administrativa, um Assistente Administrativo, um Agente Administrativo, um Auxiliar Administrativo, dois Auxiliares de Serviços Gerais, um mensageiro e uma estagiária.

A Escola Superior de Ciências Sociais organiza sua gestão da seguinte maneira: um Coordenador Geral, dois Coordenadores de Cursos, o Colegiado e uma Coordenação Pedagógica para atendimento permanente aos alunos e professores. O Colegiado é composto por todos os professores da Escola (regime integral, parcial e horistas), por representantes do corpo técnico-administrativo e pela representação discente. As reuniões realizam-se no início e no final de cada semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço); as reuniões realizam-se com a presença da maioria absoluta dos membros.

5 – Resumo das ações da CPA em face às dimensões avaliativas propostas pelo SINAES

5.1 Dimensão avaliativa 1 – da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação buscou refletir acerca da pertinência das propostas político-pedagógicas da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV/RJ, expressas em seu PDI, e cotejá-las com as práticas pedagógicas, docentes e gerenciais desenvolvidas pela IES.

Ações realizadas – Fica explícito, a partir das avaliações conduzidas pela CPA, que a missão institucional da Escola Superior de Ciências Sociais encontrava-se claramente definida desde o início das atividades da Comissão. O compromisso com o desenvolvimento nacional através da promoção da educação em suas múltiplas formas, modalidades e graus, bem como o avanço de tecnologias de diferentes ordens, em regime de estreita colaboração com a sociedade, para atingir objetivos tais como: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivo à pesquisa e à produção científica e estimular o conhecimento acerca da dinâmica contemporânea de uma sociedade marcadamente multicultural. Estes princípios orientam o perfil de egresso almejado a ser alcançado através do processo de ensino e aprendizagem caracterizado pela formação de um graduado apto para a inserção em setores e atividades profissionais e para contribuir significativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua contínua formação. A CPA pode verificar que tais princípios estão enfaticamente assumidos e ganham claros contornos nas ações da Escola – em especial, a combinação da formação acadêmica com a prática profissional (estágios, iniciação científica) e com os compromissos para o desenvolvimento de ações da cidadania (interação com as ONGs tais como IBASE e CEASM). Constatou-se também que a estrutura gerencial e dos setores de apoio também se encontram articuladas em conformidade com estes princípios. No entanto, deve-se observar que os dados obtidos a partir da aplicação do questionário, no último

bimestre de 2010, evidenciam que parte significativa da comunidade acadêmica desconhece a documentação referente ao PDI, PPI e PPCs.

Dimensão avaliativa 2 – da política de ensino, pesquisa e extensão

Ações planejadas – A CPA procurou formas que viabilizassem a avaliação das políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela Escola Superior de Ciências Sociais. Busca-se o cotejo das diretrizes explicitadas no PDI e PPC.

Ações realizadas – os relatórios elaborados pela CPA indicam que a Escola Superior de Ciências Sociais realiza um projeto de desenvolvimento das diretrizes para ensino, pesquisa e extensão que se sobrepõe inquestionavelmente aos princípios preconizados pelas diretrizes avaliativas indicadas pelo SINAES. O material analisado pela CPA verificou a profunda sintonia, e os benefícios daí auferidos, entre as atividades de ensino de graduação da Escola e a tradição intelectual e institucional do CPDOC, centro de pesquisa e documentação do qual ela se originou. O perfil interdisciplinar, característico dos trabalhos desenvolvidos por esta instituição, formatou a proposta pedagógica conduzida pela Escola Superior de Ciências Sociais que propõe, de forma inovadora, contribuir para a formação de um profissional que alie sólida base teórica a um acurado ferramental metodológico com o objetivo de compreender a dinâmica da sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento. Desta forma, a CPA pode constatar o grande investimento institucional feito pela IES no sentido de dotar seus cursos com um perfil atualizado de suas linhas formativas e de propiciar, aos acadêmicos, um efetivo envolvimento com as atividades de pesquisa e extensão. O perfil inovador da Escola pode ser destacado em iniciativas como o projeto “*Antropologia e documentário: da sala ao campo*”, coordenado pelo professor Celso Castro, que tem por objetivo associar o ensino das disciplinas da área de Antropologia à inserção dos alunos no Núcleo de Audiovisual e Documentário, criado em 2006. O reconhecimento da relevância desta iniciativa propiciou à Escola, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, o prêmio concedido pela Associação Brasileira de Antropologia e pela Fundação Ford para inovação no ensino de Antropologia. Também merece destaque o investimento da IES

na construção da Linha de Relações Internacionais, com a contratação de professores especialistas com relevante projeção internacional (como, por exemplo, a professora Elena Lazarou, de nacionalidade grega). Os dados obtidos evidenciam que Escola se articula com as linhas de pesquisa do CPDOC através das atividades de seus laboratórios de pesquisa. No ano de 2010, encontram-se em atividade os laboratórios de Estudos Brasileiros (LEB), de Estudos Urbanos (LEU), de Estudos Políticos (LEP), de Estudos sobre Turismo, Esporte e Lazer (LETEL), de Acervos, Memória e Informação (LAMI), de Estudos sobre os Militares (LEM) e de Estudos sobre Jornalismo e Sociedade (LJS). Através destes espaços de intercâmbio acadêmico, o corpo docente e discente, bem como especialistas convidados e alunos da pós-graduação, desenvolvem trabalhos de investigação científica de alta relevância que resultam em publicações e seminários acadêmicos. Neste ano, foram realizadas 22 sessões abertas de atividades dos laboratórios. A CPA registrou o apoio e o fomento à pesquisa dos discentes evidente tanto pela estrutura dos laboratórios como também pelos programas de estágios e bolsas desenvolvidos. A Escola mantém, no âmbito do CPDOC, um programa contínuo de estágios que incorpora alunos cursando a partir do terceiro período do curso. Estes estágios, cujo financiamento abrange a remuneração dos alunos/estagiários com recursos da própria Escola, visam a promover a interação dos acadêmicos com as atividades inerentes à prática profissional de pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e da História. Em 2010, 7 alunos da Escola participaram deste programa de estágios. Para além destas atividades, os alunos da IES são introduzidos nas atividades de iniciação científica através do financiamento de agências públicas de fomento. Há registro de que a Escola mantém 5 cotas de bolsas PIBIC/CNPq e 3 bolsas de pesquisa financiadas pela Faperj. No período coberto pelos relatórios, um total de 8 alunos participaram destas atividades de iniciação científica. Desta forma, os professores da Escola contribuem para a formação de jovens profissionais voltados para a pesquisa nos campos da Antropologia, Ciência Política, História e Sociologia. Os alunos também dispõem de um Laboratório de Pesquisa Social Aplicada (Lapsa) que visa a contribuir para a formação de pesquisadores aptos a controlar ferramentas metodológicas qualitativas e quantitativas para a aplicação do referencial das Ciências Sociais em diferentes campos profissionais. A Escola também contribui para a inserção dos discentes nas redes profissionais e acadêmicas através do financiamento para os alunos que pretendem tomar parte de congressos seminários acadêmicos. Deve-se evidenciar o financiamento pela IES para que os discentes possam tomar parte, do

Simpósio Nacional da ANPOCS, o mais importante evento acadêmico brasileiro na área das Ciências Sociais. A qualidade das pesquisas conduzidas na interação entre docentes e discentes pode ser verificada através da produção intelectual originária da Escola, cujos títulos, que montam a um total de 33 artigos em periódicos especializados e livros publicados no ano de 2010. Os professores da Escola Superior de Ciências Sociais integram o corpo editorial de duas importantes revistas especializadas das áreas de Ciências Sociais e História: o Informativo Eletrônico de Ciências Sociais e a Revista Estudos Históricos, evidenciando os canais de disseminação do conhecimento produzido a partir da IES. A IES, em articulação com o CPDOC e a Mantenedora, desenvolve o Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, com cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. Estes dados, coligidos pela CPA, indicam que a IES superou o inicialmente previsto em seu PDI original no que se refere à política de ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão avaliativa 3 – da responsabilidade social

Ações planejadas – A CPA busca monitorar as formas pelas quais a IES tem procurado cumprir os compromissos sociais expressos em seu PDI. Prioriza-se a observação de três eixos centrais: 1) a transferência de conhecimento e importância social das ações da Escola e impactos de suas atividades para o desenvolvimento regional e nacional; 2) as iniciativas voltadas à promoção da cidadania e a atenção a setores sociais excluídos; 3) as relações com o setor público e com o setor produtivo

Ações realizadas – A CPA pode levantar indícios que comprovam o investimento da IES em atender suas missões em face à sociedade. Sendo parte integrante da Fundação Getúlio Vargas, mantenedora da Escola Superior de Ciências Sociais, a IES compartilha de sua missão, voltada para contribuir com o desenvolvimento equânime da sociedade brasileira. Desta maneira, o corpo acadêmico da Escola dedica-se à produção e disseminação de conhecimento, considerado como bem público. Pode-se observar que a produção intelectual de seus professores, que abarca temáticas que se estendem da análise dos instrumentos de

gestão pública (instituições jurídicas, funcionamento do Executivo) à compreensão das novas dinâmicas associativas da sociedade civil (movimento negro, geração de renda em comunidades faveladas) tem contribuído significativamente para o debate social e para o norteamento de ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos constitutivos da sociedade brasileira. Esta produção, disponibilizada através de periódicos e pelo portal da Escola na internet, combina com a intensa participação dos docentes da IES em programas sociais de instituições públicas e organizações não governamentais. O acompanhamento, pela CPA, evidenciou esta característica ao sinalizar a forma como instituições tais como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Cultura, o Ministério da Fazenda, o Banco Central do Brasil, o Senado Federal, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobras, o IBASE, o Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré (CEASM) e o Observatório de Favelas. Desta forma, os membros da CPA destacam a constatação das ações empreendidas e indicaram a recomendação de uma mais intensa participação de seus discentes nestas iniciativas. Uma das missões da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV é a de produzir bens públicos, que sejam acessíveis à sociedade e permitam um enriquecimento do conhecimento histórico e um conseqüente aprofundamento da experiência de cidadania. Neste sentido, um dos grandes marcos nesta área foi a digitalização do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, uma publicação com 6.600 verbetes biográficos e temáticos referentes ao Brasil republicano do pós-1930. Este Dicionário, obra de referência no campo da História, está gratuitamente disponibilizado para a consulta de todo cidadão, mediante simples cadastro gratuito. A Instituição também permite o acesso e consulta a uma base digitalizada que compreende mais de 300.000 páginas de documentos, 40.000 fotos e 5.000 horas de gravação de entrevistas, todas estas fontes arquivadas no CPDOC. A CPA também procurou monitorar, através dos dados disponibilizados pela gestão financeira da IES e o acompanhamento do perfil de seus estudantes, a extensão das políticas de acesso, bolsas e financiamento mantidas pela Instituição. A Escola articula dois programas de bolsas (por classificação no processo seletivo e por demanda social) que cobriu, no último ano, um total de 23 gratuidades. Desta maneira, a IES tem conseguido incorporar ao seu corpo discente um percentual altamente significativo de alunos oriundos de setores sociais de baixa renda familiar e de comunidades carentes. Também deve-se destacar que membros do corpo docente e técnico-administrativo da IES participam do programa, desenvolvido no âmbito da Mantenedora, de cursos preparatórios para o exame vestibular, gratuitamente oferecidos para estudantes da rede pública de ensino. Houve, igualmente, a preocupação da CPA em acompanhar a implementação de iniciativas que visem à adequação da IES às

resoluções referentes ao acesso ao ensino superior de portadores de deficiência física e sensorial. Os membros da Comissão efetuaram o monitoramento das instalações físicas (banheiros, rampas de acesso, dimensionamento de portas e bancadas) e da incorporação dos conteúdos de LIBRAS ao planejamento pedagógico dos cursos. A CPA registrou ainda que, no conjunto de discentes que ingressou nos cursos de graduação ofertados pela IES, não houve casos de cidadãos com deficiência visual, auditiva ou motora.

Dimensão avaliativa 4 – da comunicação com a sociedade

Ações planejadas – A CPA procurou avaliar as formas pelas quais a IES busca estabelecer estratégias de aprimoramento dos canais internos de comunicação. Também se procurou observar a presença da IES nos meios de comunicação social, atentando-se para a imagem pública da Escola por eles veiculada. O trabalho da Comissão referenciou-se nas diretrizes previstas no PDI e buscou, inclusive, apontar novas propostas para o aprimoramento das formas de integração da comunidade acadêmica.

Ações realizadas – Inicialmente, a CPA procurou avaliar os canais utilizados para a transmissão de informações ao corpo discente da IES. Foram identificados três veículos, considerados adequados para tais funções: o portal da Escola (www.cpdoc.fgv.br), o sistema acadêmico aluno on-line (disponível apenas para usuários detentores de número de matrícula na IES) e os murais. Através dos murais fixos, situados no terceiro e quarto andares (pavimentos nos quais estão distribuídas as salas de aulas e as instalações das secretarias acadêmica e de registros), são veiculadas as informações referentes às bases documentais, matrizes curriculares e horários de disciplinas. São igualmente os canais para divulgação de eventos acadêmicos. Através do sistema acadêmico aluno on-line, o corpo discente pode visualizar sua situação acadêmica (matrícula, notas, faltas, prazos para recursos e requisição de documentos). Finalmente, o portal da Escola disponibiliza toda a base legal e documental da IES (portarias, regimentos, PDI, PPC), assim como o perfil do corpo docente e o calendário de eventos culturais e acadêmicos. O portal também disponibiliza textos da produção intelectual dos membros da comunidade acadêmica. Através do Departamento de Comunicação e Marketing, a IES busca a

relação com os meios de comunicação social. A CPA pode dimensionar o espaço de divulgação de suas ações, bem como a caracterização de sua imagem pública, através dos boletins produzidos rotineiramente por este departamento (clipping), nos quais são registradas as menções realizadas diariamente por jornais, revistas, rádio e tv às atividades da instituição e dos membros de seu corpo acadêmico. Evidenciou-se a marcante presença da IES e de seus integrantes nestes canais. A Escola Superior de Ciências Sociais também participa do programa institucional FGV-Ensino Médio, no qual professores da IES visitam instituições públicas e privadas de ensino médio do estado do Rio de Janeiro, realizando conferências acerca de temáticas contemporâneas e do perfil de formação nas áreas das Ciências Sociais e História. Atendendo às recomendações apresentadas anteriormente pela CPA à Mantenedora, foi constituída a Ouvidoria para a IES. Este órgão tem como propósito ouvir, encaminhar e acompanhar reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios oriundos das comunidades interna e externa. Caracteriza-se como sendo um órgão de natureza mediadora, sem caráter administrativo, deliberativo, executivo, com atuação personalizada, autônoma e imparcial. Dentre os resultados do trabalho da Ouvidoria, a CPA procurou destacar a demanda, por parte do corpo discente, por espaços para a divulgação de suas atividades. Em especial, a criação de uma revista acadêmica e de um mural fixo para a divulgação das atividades do Diretório Acadêmico.

Dimensão avaliativa 5 – das políticas de pessoal, da carreira do corpo docente e técnico-administrativo

Ações planejadas – A CPA procurou observar a implementação das bases da política de pessoal da IES, ressaltando as vias de contratação, promoção e aperfeiçoamento do corpo docente e da equipe técnica-administrativa. Para tal, valeu-se do cotejo das diretrizes estabelecidas no PDI com as informações obtidas com a Diretoria de Recursos Humanos, a Gerência Administrativa e o contato com os funcionários. A base documental acessada pela Comissão era constituída pelo plano de cargos e salários

(definido e implementado pela Mantenedora), as diretrizes de definição dos diferentes níveis da carreira de professor (concebida a partir de um processo de avaliação externa), os diferentes programas de qualificação profissional operados pela IES e pela Mantenedora e os indicadores produzidos a partir da aplicação dos questionários.

Ações realizadas – A análise das informações obtidas permitiu à CPA avaliar que há clareza no estabelecimento do plano de carreira de professor na IES. Os professores são contratados através de procedimentos seletivos universais adequados à demanda associadas ao cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos e às condições de execução financeira da Escola. No ano de 2010, por exemplo, um destes processos seletivos culminou com a contratação dos professores Cláudio Costa Pinheiro e Bernardo Buarque de Hollanda. A comunidade acadêmica interna conhece as diretrizes que norteiam a promoção de níveis, baseada em processos avaliativos regulares contando com a presença de avaliadores externos de reconhecida expressão acadêmica. Também foi destaca a existência de uma política para promoção da sustentabilidade à qualificação profissional dos docentes, à concessão de incentivos destinados à formação em programas de pós-graduação e à participação e exposição de pesquisas e seminários, dentre outros. Neste sentido, deve-se observar a política de incentivo institucional e de concessão regular de licenças aos docentes que estejam em fase final de elaboração de suas teses acadêmicas ou que visem à realização de estágios de pesquisa de pós-doutoramento. No ano de 2010, o professor Matias Spektor realizou estágio de pesquisa nos EUA (com a duração de seis meses) e a professora Bianca Freire-Medeiros finalizou o seu pós-doutoramento no exterior (Lancaster University). A Comissão constatou a existência e a prática de uma política de qualificação que estabelece os critérios para a concessão de incentivos e que apóia os funcionários técnico-administrativos na qualificação, em consonância com o planejamento orçamentário. Através de convênios lastreados pela Mantenedora, os funcionários são estimulados a ingressar em cursos e seminários diretamente associados à melhor qualificação. No ano de 2010, a CPA observou que 3 funcionários realizam a pós-graduação no Mestrado Profissional da FGV e que 6 funcionários realizaram cursos de aperfeiçoamento profissional. A CPA pôde contar, neste ano, com instrumentos de consulta que puderam tornar mais objetiva a mensuração do grau de satisfação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo em face às condições de trabalho e a estrutura funcional da Escola.

Dimensão avaliativa 6 – da organização e gestão da instituição

Ações planejadas – A Comissão Própria de Avaliação observou a dimensão referente à gestão e organização institucional a partir de dois eixos: 1) a definição de mecanismos e instrumentos de gestão 2) a participação da comunidade acadêmica no processo de gestão. Para proceder à avaliação destes dois aspectos, a CPA procurou se utilizar da documentação produzida pelas instâncias gerenciais da Escola e dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário avaliativo.

Ações realizadas – O resultado da avaliação realizada pela CPA indicou que a IES apresentava um alto padrão de qualidade em suas instâncias organizacionais e procedimentos gerenciais. A Escola possui um organograma claramente identificado, bem como o de sua inserção nas relações com a Mantenedora. Estes instrumentos encontram-se disponibilizados nas Secretarias e através do portal da Escola. A Escola apresenta uma Coordenação Geral, Coordenação de cursos (Ciências Sociais e História), Colegiado de cursos, uma gerência administrativa, uma Secretaria de Registros e uma Secretaria Acadêmica. As funções e atribuições estão definidas por um regimento, anteriormente aprovado pelo Colegiado. A comunidade acadêmica tem total conhecimento acerca desta estrutura. A Secretaria de Registros mantém atualizado, em documentação impressa e virtual, o conjunto de informações relacionadas ao cômputo de faltas, notas, trancamentos e transferências dos alunos. O corpo discente pode acompanhar diariamente o lançamento de faltas e a atribuição de notas e conceitos através do sistema aluno online. Os murais servem para veicular informações acerca do calendário letivo, agendamento de provas e avaliações, horário das disciplinas e prazos dos processos acadêmicos e de registro (inclusão, exclusão, alterações, trancamento e transferência). A gestão administrativa e financeira da Escola, realizada pela Gerência Administrativa, se dá com base no constante diálogo com a Coordenação Geral da IES. Estes procedimentos são regularmente informados ao corpo acadêmico e, em especial, aos membros integrantes do Colegiado em suas reuniões. As reuniões do Colegiado são regularmente registradas em atas. O Coordenador-geral da Escola tem assento permanente no Conselho de Coordenação da Mantenedora. Estas reuniões também são

regularmente registradas em atas. A CPA apurou que as reuniões do Colegiado são realizadas com a periodicidade bimestral, enquanto as reuniões do Conselho de Coordenação da FGV ocorrem mensalmente. Segundo os relatórios da Comissão, a comunidade acadêmica da IES é informada regularmente acerca dos processos gerenciais e há total transparência das ações empreendidas pela Escola.

Dimensão avaliativa 7 – da infra-estrutura física

Ações planejadas – A CPA procurou avaliar a infra-estrutura física da instituição através da verificação da implementação das medidas previstas no PDI e pela identificação das formas como a comunidade acadêmica se relaciona e avalia a estrutura disponibilizada pela Escola.

Ações realizadas – A Comissão de Auto-avaliação indica que a IES procurou estabelecer condições plenamente satisfatórias para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e operacionais. O espaço destinado às atividades letivas, localizado no terceiro e no quarto andares do edifício-sede da FGV, contabiliza 15 salas de aula (que perfazem um total de 710 m²). As salas apresentam excelente dimensionamento, podendo acolher entre 35 e 45 alunos cada. Estas salas são climatizadas, com sistema de ar condicionado central - dispondo de controle termostático independente para cada sala - e foram projetadas visando o correto isolamento acústico e excelente nível de iluminação. As salas são mobiliadas com mesa central para o professor, suportes auxiliares nas laterais e ao fundo, cadeiras, mesas e ou bancadas nos padrões ergonômicos. Todas as salas são dotadas de computadores (que operam softwares adequados e licenciados), projetores de teto, sistema de sonorização, retroprojetores, quadros brancos, impressoras, rede de dados cabeada e wireless para acesso à internet. Os corredores são amplos e as portas de dimensões adequadas ao acesso de cadeirantes. O acesso aos andares é feito por escadas e por oito elevadores. A CPA não verificou nenhum impedimento no que tange à acessibilidade de portadores de deficiências motoras ou visuais. A CPA também destacou as condições da Biblioteca Central, denominada Biblioteca Mario Henrique Simonsen (BMHS), localizada no

edifício-sede da FGV com 950 m2 de área ocupada. Esta Biblioteca é considerada como possuidora do mais importante acervo bibliográfico nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas situado no estado do Rio de Janeiro. A sua relevância pode ser percebida a partir da constatação de ter sido a primeira biblioteca no Brasil a receber o certificado de qualidade ISO 9001-2000. O acervo corrente da biblioteca monta a 89.000 títulos, com 172.000 exemplares disponíveis para consulta e empréstimo. Docentes e discentes tem acesso às instalações da BMHS em horários compatíveis com as atividades acadêmicas. Há terminais de computadores disponíveis para a consulta, duas salas multimídia e duas salas de leitura e estudo com capacidade de atendimento a 130 consulentes. No ano de 2010, foi registrada a aquisição de 186 novos exemplares demandados a partir de levantamentos realizados com base no trabalho da CPA. A IES disponibiliza salas de trabalho para os seus professores com computadores de acesso individualizado, mesas, estantes e armários. Os discentes dispõem de acesso a laboratórios de informática, situados no terceiro, quarto e décimo-terceiro andares do edifício. Estes laboratórios, seguindo sugestão apresentada pela CPA, sofreram processos de ampliação, com a disponibilização de 23 novos terminais de computadores e a previsão de construção de um novo laboratório com mais 48 terminais para o ano de 2011. A Escola dispõe de seis salas de estudo em grupo, situadas no quarto andar, com capacidade de atendimento de oito alunos por sala. Estas salas são dotadas de mesas, cadeiras e quadro branco. O edifício-sede da FGV não apresenta espaços para a prática desportiva e disponibiliza áreas adequadas para o convívio acadêmico e as atividades culturais. Há espaços para convivência nos andares, com bancos, poltronas e mesas, e uma ampla área ao ar livre ajardinada, no espaço denominado Esplanada, com mesas e bancos construídos em concreto aparente. A CPA recomendou à Mantenedora a ampliação destes espaços de convivência.

Dimensão avaliativa 8 – do planejamento e avaliação

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação procurou, desde a sua criação (em abril de 2008) construir mecanismos avaliativos que pudessem tanto formular cenários acerca da realidade institucional da Escola Superior de Ciências

Sociais como formular propostas que colaborassem para o aprimoramento da IES. Para implantar este sistema avaliativo, coube à Comissão definir metodologias de avaliação e implementar fóruns de discussão com a comunidade acadêmica. Os formulários de avaliação aplicados aos discentes, assim como as reuniões periódicas e o acesso aos documentos produzidos pela Escola serviram de lastro para o trabalho da CPA. Em 2010, pela primeira vez, a CPA formulou um modelo de questionário que foi aplicado à toda comunidade acadêmica e ao corpo técnico-administrativo da IES.

Ações realizadas – A CPA foi criada e aprovada pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais em abril de 2008. Coube à professora Helena Bomeny exercer a coordenação desta Comissão, cuja implantação foi regulada a partir da Portaria de designação de seus membros e Pelo Plano de Auto-avaliação Institucional. Passaram a constituí-la os professores Helena Bomeny, Celso Castro e Carlos Eduardo Sarmento (como representantes docentes); Helena Giolito e Marília Krassius (como representantes do corpo técnico-administrativo); Ricardo Nicolay (como representante discente) e o Dr Gilberto Velho, membro da Academia Brasileira de Ciências (como representante da sociedade civil organizada). Em suas primeiras ações, a CPA procurou operar em duas frentes: a definição de mecanismos avaliativos e a formulação de uma base de regulação para as suas atividades. Nesta primeira vertente de atividades, a coordenadora da Comissão procurou realizar reuniões com os diferentes segmentos constitutivos da comunidade acadêmica (funcionários, alunos, professores) no intuito de informá-los acerca do sentido e da lógica da auto-avaliação institucional e para detectar fontes significativas de informações sobre as atividades da Escola. No segundo eixo, a Comissão elaborou um regimento para a CPA, que foi apresentado ao Colegiado e implantado. Segundo os relatórios produzidos no biênio, a CPA percebeu a inadequação da base legal que regia a Escola e recomendou a sua reformulação. Desta forma, o PDI e o PPI foram, após análise e crítica da CPA, reformulados pela Coordenação-geral da Escola e submetidos à apreciação e aprovação do Colegiado. Durante o biênio 2008-2009, a CPA procurou estabelecer práticas avaliativas regulares, incentivando a interlocução com os discentes, a elaboração e aperfeiçoamento dos questionários avaliativos, a sistematização de informações dispersas (registros de notas, registros de ingresso e evasão, planilhas orçamentárias) e a abertura da discussão avaliativa para a comunidade acadêmica. Os fóruns em que se processou este intercâmbio de

informações foram, preferencialmente, as reuniões do Colegiado e as reuniões mantidas entre a equipe da CPA e os alunos. Alguns dos principais resultados que podem ser atribuídos à prática avaliativa neste período podem ser observados na reformulação da documentação referencial da Escola (PDI e PPI), a criação da Ouvidoria, a ampliação das atividades de acompanhamento psicopedagógico desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica, a orientação no processo de ampliação do quadro docente, a compra de mais exemplares de livros com alto índice de consulta pelos alunos na biblioteca, a ampliação das áreas físicas de convívio e a ampliação dos espaços destinados às salas de estudo e aos laboratórios de informática para os alunos. A CPA teve seu mandato encerrado no início de 2010 e sua nova composição foi estabelecida através da Portaria de 16 de abril de 2010. No ano de 2010, a CPA buscou priorizar os processos de formulação e implantação de consultas a todos os integrantes da comunidade acadêmica, através de formulários de preenchimento online (e, em alguns casos específicos, impressos). Este modelo de questionário, elaborado com a colaboração do Núcleo de Pesquisa Social Aplicada, foi aplicado entre os meses de novembro e dezembro de 2010. Os resultados obtidos servirão para a reflexão e a definição de diretrizes para o ano de 2011. Uma síntese dos dados apurados a partir da aplicação do questionário encontra-se no item 6 deste relatório.

Dimensão avaliativa 9 – das políticas de atendimento aos estudantes

Ações planejadas – A CPA buscou informações acerca das formas como a IES articula a prática de atendimento aos discentes a partir do cotejo de informações institucionais e dos dados obtidos através da avaliação dos discentes sobre o direcionamento didático-pedagógico da Escola. Estas informações serviram de base para a avaliação dos instrumentos e métodos de atendimento acadêmico, sendo necessária a interlocução direta com os acadêmicos em algumas etapas do processo avaliativo.

Ações realizadas – As informações sistematizadas pela CPA apontam para uma prática claramente estruturada de atendimento ao corpo discente da Escola. Pode ser constatado que as práticas e instrumentos de atendimento foram claramente aprimorados de forma a

estabelecer condições mais eficazes de interlocução e acompanhamento acadêmico. Em primeiro lugar, deve-se destacar o funcionamento e o constante aprimoramento da ação da Secretaria Acadêmica. A opção em estabelecer órgãos distintos para o tratamento dos trâmites documentais (Secretaria de Registro) e das questões concernentes ao acompanhamento didático-pedagógico (Secretaria Acadêmica) mostrou-se plenamente acertada e possibilitou formas de acompanhamento que transcendem o inicialmente objetivado. A Secretaria Acadêmica - cujos cinco funcionários integrantes são todos qualificados com cursos de nível superior na área da Educação e cuja Coordenadora é pedagoga com grau de mestre e aperfeiçoamento em psicopedagogia - auxiliou na implantação de processos de acompanhamento constante da vida acadêmica dos discentes. Os discentes são regularmente convidados a tomar parte em reuniões individualizadas nas quais são discutidas suas dificuldades, objetivando a melhoria de seus desempenhos acadêmicos. A Secretaria Acadêmica produz relatórios pormenorizados destas reuniões que são encaminhados ao Coordenador-geral da Escola para conhecimento e definição de possíveis medidas que possam ser adotadas para a melhoria das condições acadêmicas. A ação deste acompanhamento representou um espaço de atendimento pedagógico complementar que apresentou uma boa recepção por parte dos discentes. Também mereceu destaque a interlocução com os discentes através da aplicação de questionários aos alunos, nos quais são mensurados indicadores acerca da avaliação dos conteúdos didáticos e da prática pedagógica. Os dados gerados a partir destas rodadas de pesquisa são sistematizados e divulgados por toda a comunidade acadêmica. A CPA também destacou a forma como a Secretaria Acadêmica atua durante o processo seletivo e de matrícula de novos alunos. A IES realiza processos seletivos universais anuais com a previsão de 50 vagas para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais e 50 vagas para o curso de Licenciatura em História. Os editais, assim como os resultados finais, são amplamente divulgados através da imprensa e das ferramentas de comunicação da Escola. A Secretaria Acadêmica mantém arquivados todos os editais dos processos seletivos anteriores, assim como os dossiês dos candidatos aprovados. Estes candidatos, antes da abertura do processo de matrícula, são convidados para reuniões presenciais individualizadas com a equipe de educadores da Secretaria Acadêmica e o Coordenador-Geral da Escola Superior de Ciências Sociais. Nestes encontros, que a CPA constatou serem devidamente registrados e arquivados, são discutidos os objetivos didáticos e pedagógicos dos cursos e todas as instâncias de apoio acadêmico que a Escola viabiliza. Estas práticas também são implementadas para

alunos que ingressam através dos processos de transferência e reingresso para portadores de diploma de nível superior. A CPA avaliou ainda que a Secretaria Acadêmica realiza o controle de evasão e opera um sistema de acompanhamento dos egressos graduados pela IES. Este sistema se articula através de convites para eventos promovidos pela Escola, manutenção atualizada de mala direta e catalogação dos dados dos egressos, solicitação de informações atualizadas acerca das atividades profissionais e da produção acadêmica dos egressos. A Comissão Própria de Auto-avaliação também foi capaz de avaliar o apoio prestado pela Escola no processo de formação profissional e inserção dos alunos no mercado de trabalho. Através dos dados fornecidos, foram observadas as modalidades de estágios fornecidos pela própria IES e pelos convênios por ela firmados (em especial, através do CIEE). A Escola possui cinco bolsas de Iniciação Científica financiadas pelo PIBIC/CNPq e três bolsas IC financiadas pela FAPERJ. Estes programas de iniciação científica são integralmente realizados através da incorporação de alunos de graduação da Escola que realizam, através deste financiamento, um processo de iniciação científica e de aprendizagem das práticas profissionais. A avaliação da pertinência deste modelo sustentou a recomendação, formulada pela CPA, acerca da ampliação destes programas. A Escola, sensibilizada por esta avaliação, optou por auto-financiar mais quatro bolsas de Iniciação Científica, ampliando, desta forma, o acesso dos discentes a esta prática formativa. Também estão registrados nos relatórios que os alunos da Escola também são encaminhados para estágios internos (na própria FGV) e externos. No ano de 2010, 7 alunos da Escola foram incorporados a estágios nas diferentes unidades da FGV e um foi encaminhado para estágio externo em Furnas. A Escola também financia regularmente a presença dos alunos no Simpósio Nacional da ANPOCS, realizado anualmente em Minas Gerais, no curso de inverno da Escola de Economia de São Paulo da FGV e ingressou no Programa de Cultura Européia Contemporânea, oferecido pela *Université Paris – Sorbonne*. No ano de 2010, três alunos da Escola puderam participar deste programa com suas despesas cobertas pela IES.

Dimensão avaliativa 10 – da sustentabilidade financeira

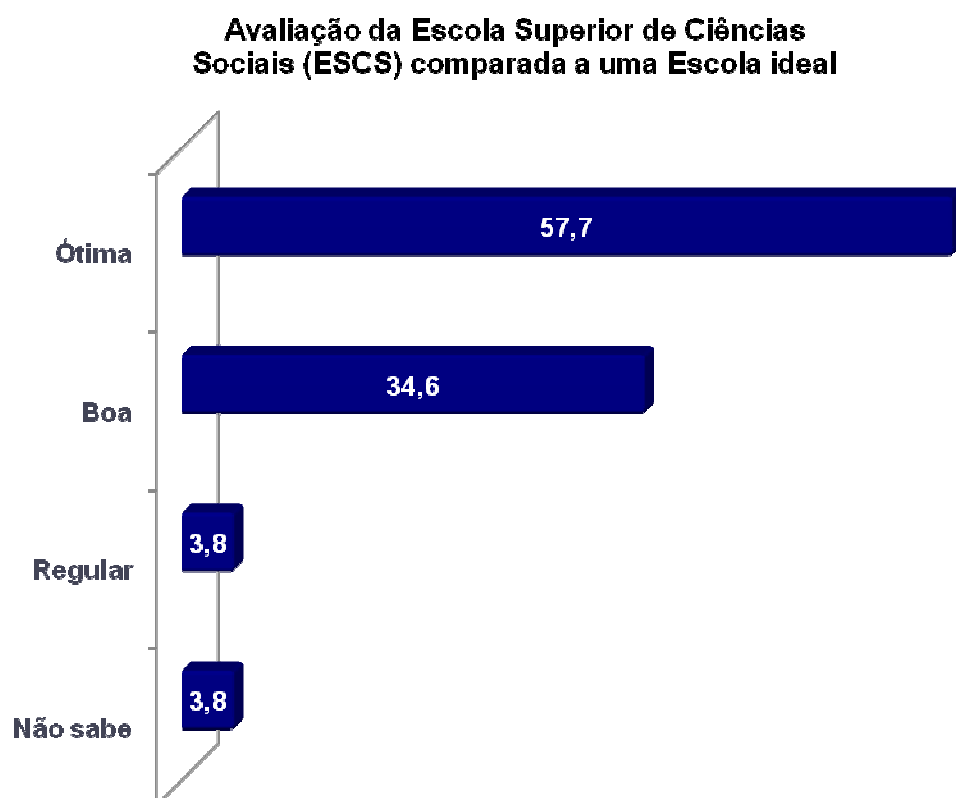
Ações planejadas – A CPA procurou pautar a sua avaliação através do exame dos documentos financeiros e orçamentários da Escola, dos registros profissionais de seu corpo docente e do corpo técnico-administrativo, dos registros de cursos e disciplinas ministrados e por entrevistas com os responsáveis pela gestão financeira da IES.

Ações realizadas – A CPA observou que todos os docentes (do quadro fixo e os horistas), assim como todos os funcionários técnico-administrativos da Escola Superior de Ciências Sociais são contratados através do regime da CLT. A CPA verificou que não há atrasos no pagamento dos funcionários e professores (incluindo décimo-terceiro salário), que os períodos de repouso semanal e de férias anuais são respeitados e que há recolhimento regular do FGTS aplicados às contas dos contratados. Os funcionários e professores contam com plano de assistência médica (extensivo a familiares), auxílio transporte e auxílio creche (para aqueles que contam com filhos com idade inferior a sete anos completos). Todos estes benefícios são regular e ininterruptamente pagos. Os funcionários e professores também podem participar, por escolha voluntária, do plano de previdência privada disponibilizado pela Mantenedora (FGV-Previ). A sustentabilidade financeira da IES é inteiramente garantida pela sua Mantenedora, a Fundação Getulio Vargas, que aprova os planos de dotação financeira e de aplicação de investimentos formulados pela Escola. Estas previsões orçamentárias são formuladas no âmbito da IES, através de sua gerência administrativa, e aprovadas pelo Conselho de Coordenação e pelo Conselho Diretor da Mantenedora. A gerência administrativa executa os orçamentos aprovados. O exame das planilhas e da documentação pertinente permitiu a verificação de que os orçamentos propostos são aprovados integralmente, cabendo sua execução autônoma à IES. Por questões contábeis, em termos de registro, a IES não possui um orçamento em separado, executando aquilo que é aprovado e destinado no orçamento geral da Mantenedora sob as rubricas previstas para a Escola Superior de Ciências Sociais. Os orçamentos executados permitem os investimentos em compras de equipamentos, de livros e financiam os programas de pesquisa e extensão.

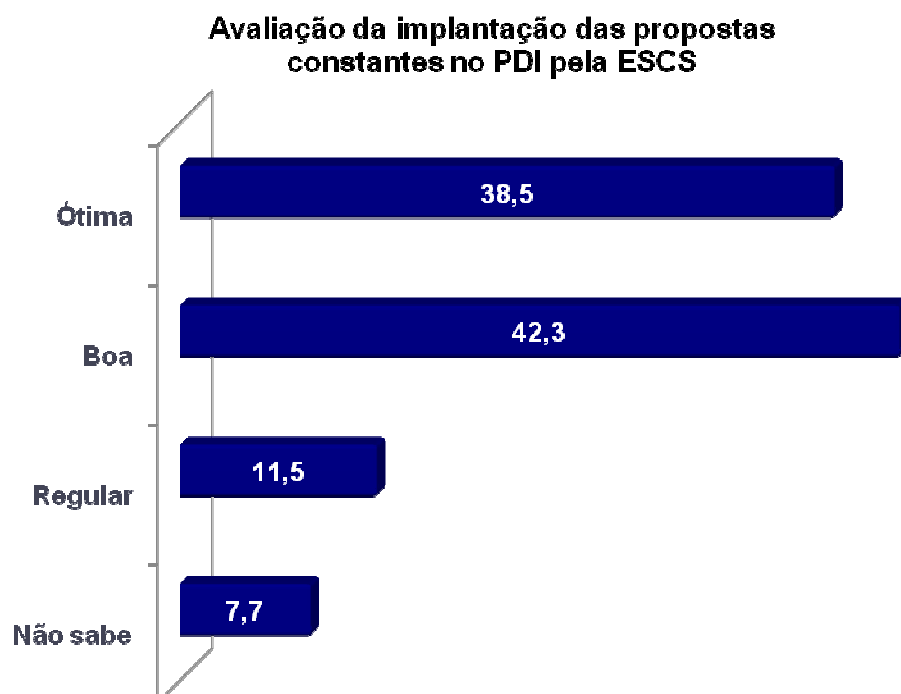
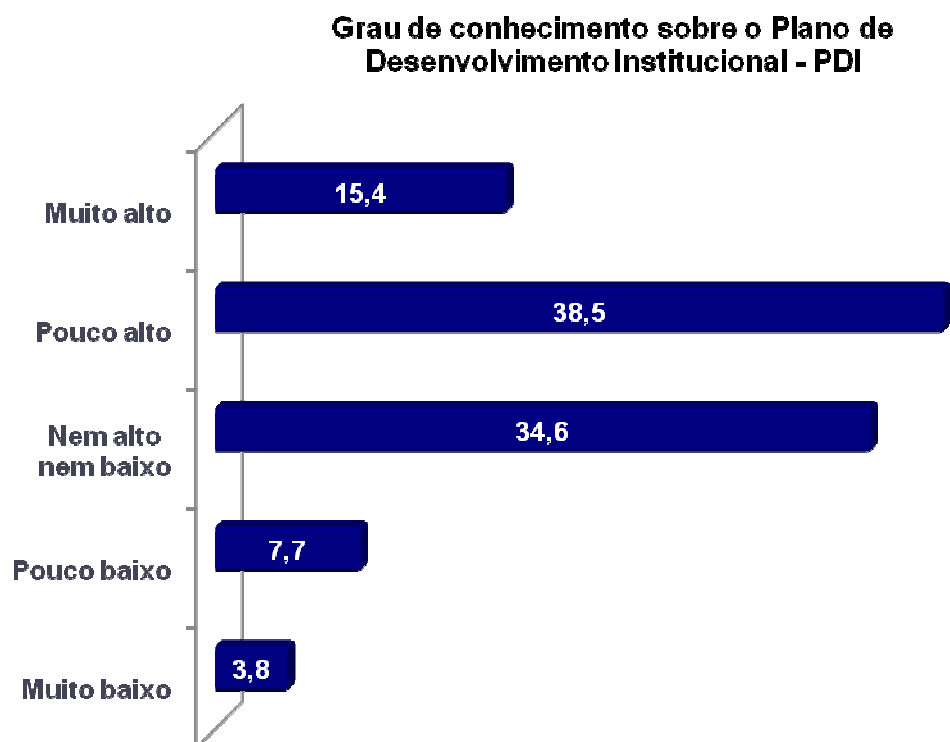
6 – Resultados obtidos a partir da aplicação do questionário avaliativo

CORPO DOCENTE

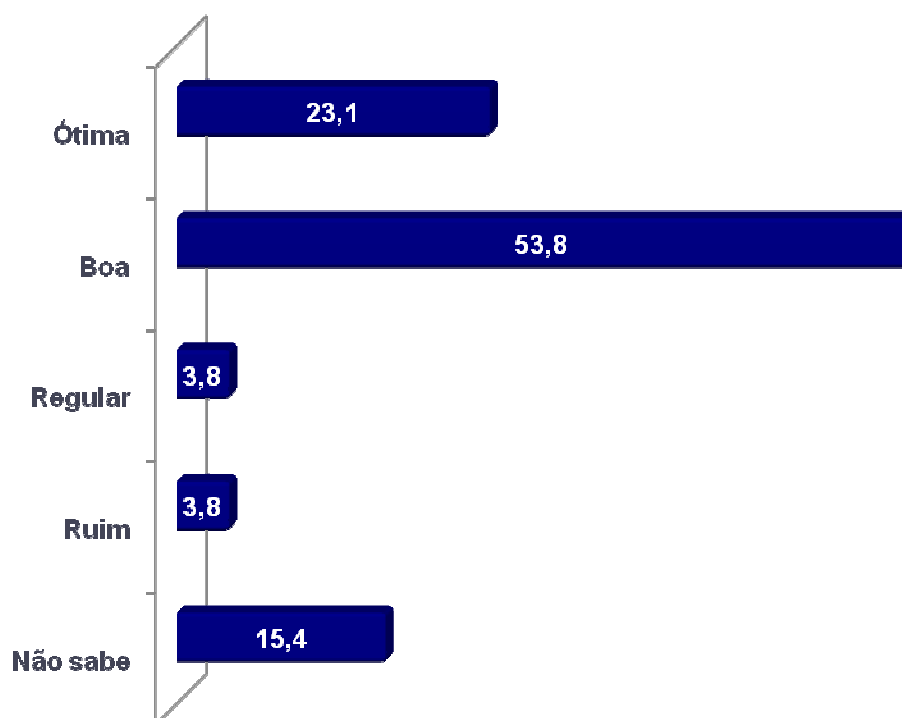
- Avaliação da Escola Superior de Ciências Sociais em comparação a uma Escola ideal:



- **Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional**

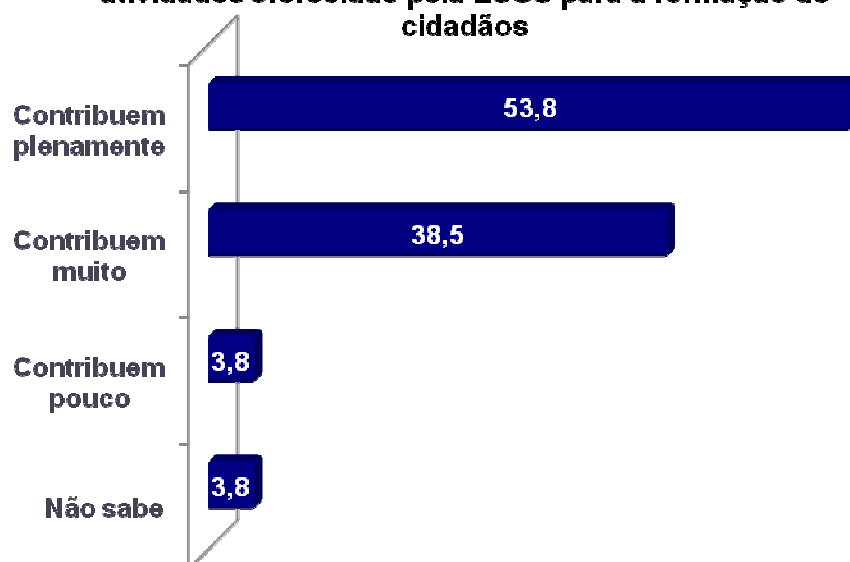


Avaliação sobre a concretização das reformulações no PDI atual

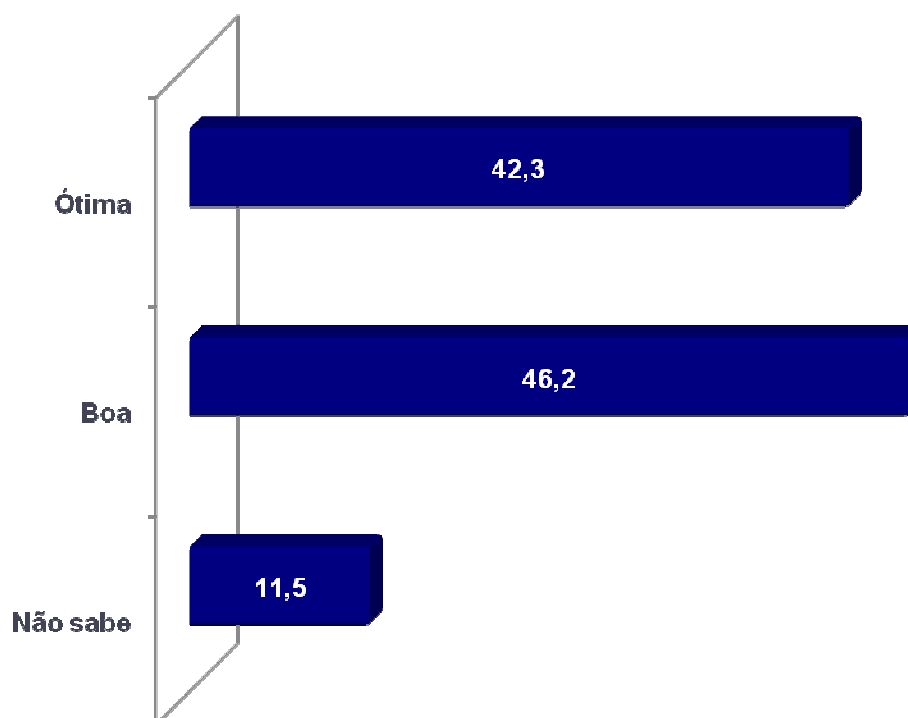


- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

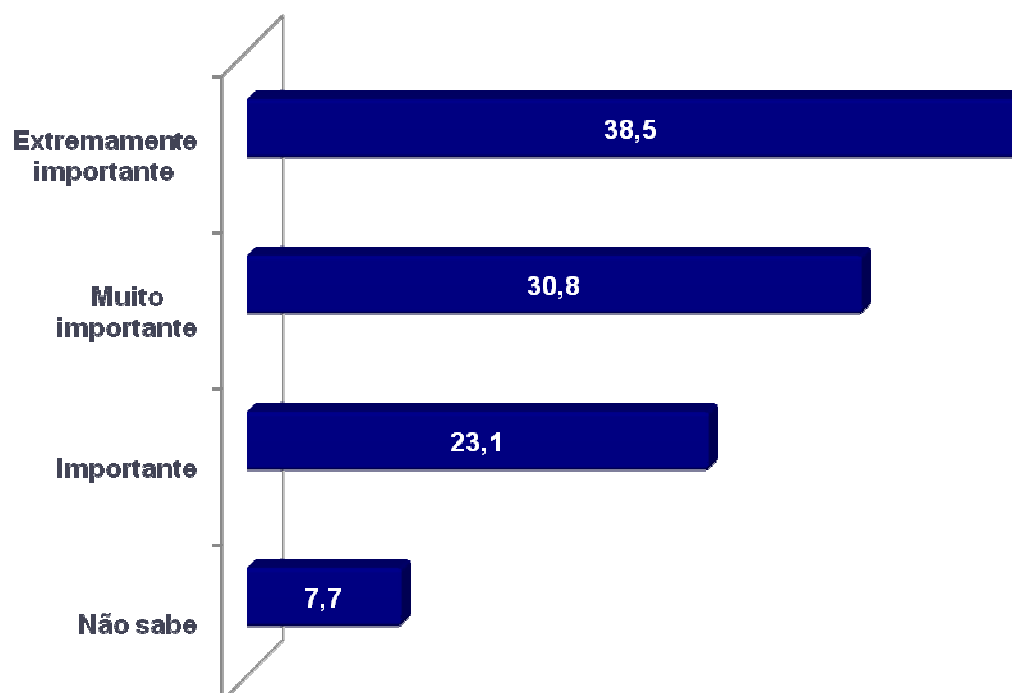
Grau de contribuição das matrizes curriculares e das atividades oferecidas pela ESCS para a formação de cidadãos



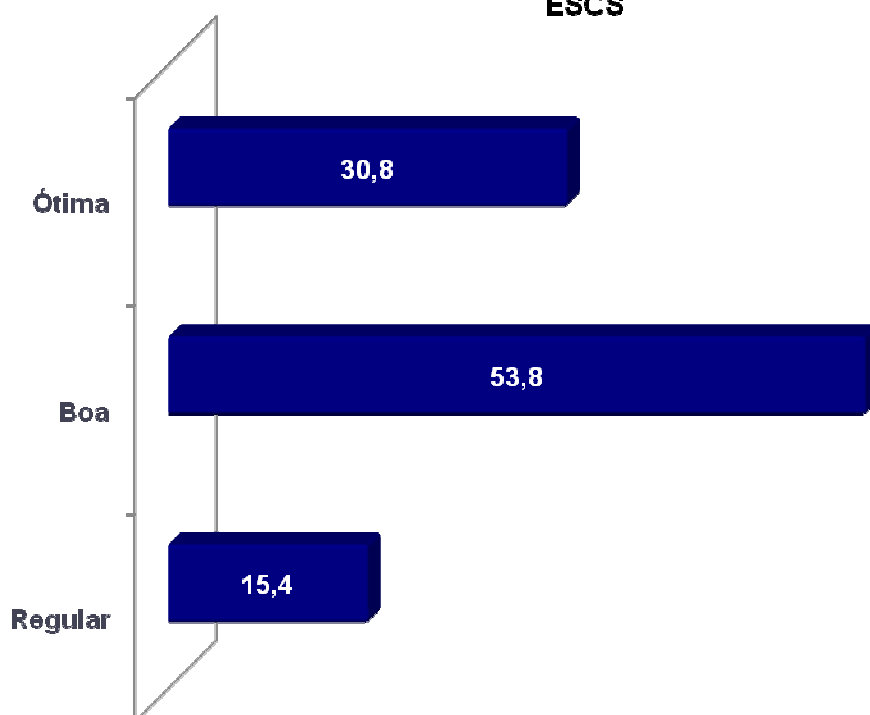
Avaliação da quantidade de bolsas e estágios oferecidos aos alunos pelo CPDOC na ESCS



Grau de importância dos eventos, seminários e cursos de extensão oferecidos pela ESCS

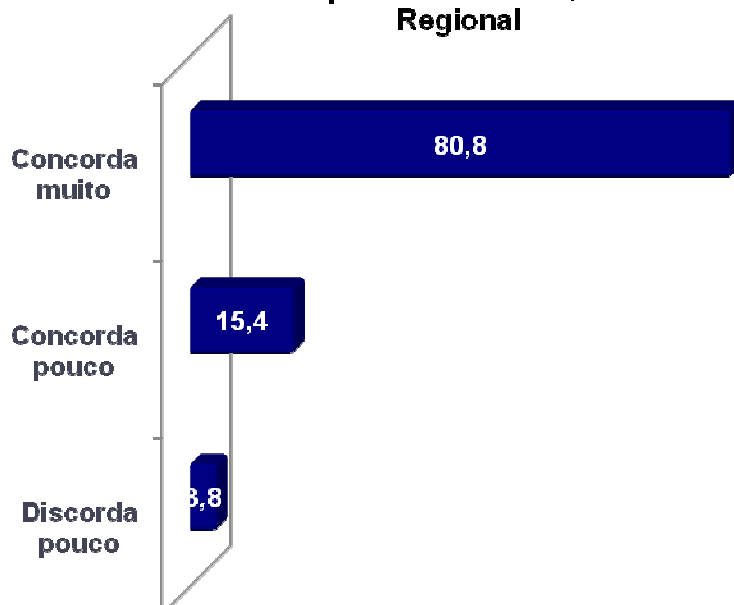


**Avaliação da divulgação desses eventos,
seminários e cursos de extensão oferecidos pela
ESCS**

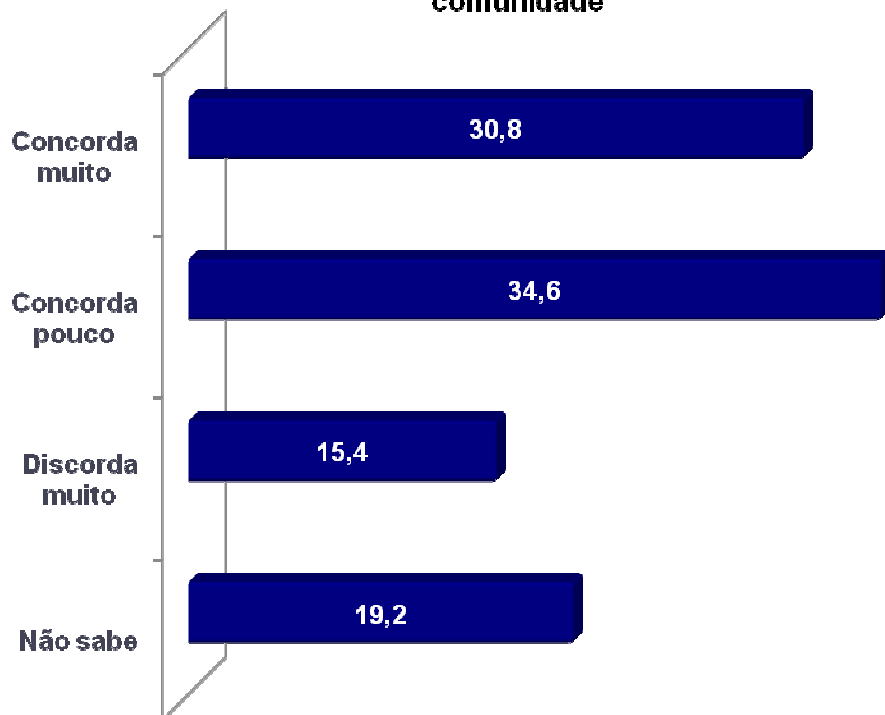


▪ **Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição**

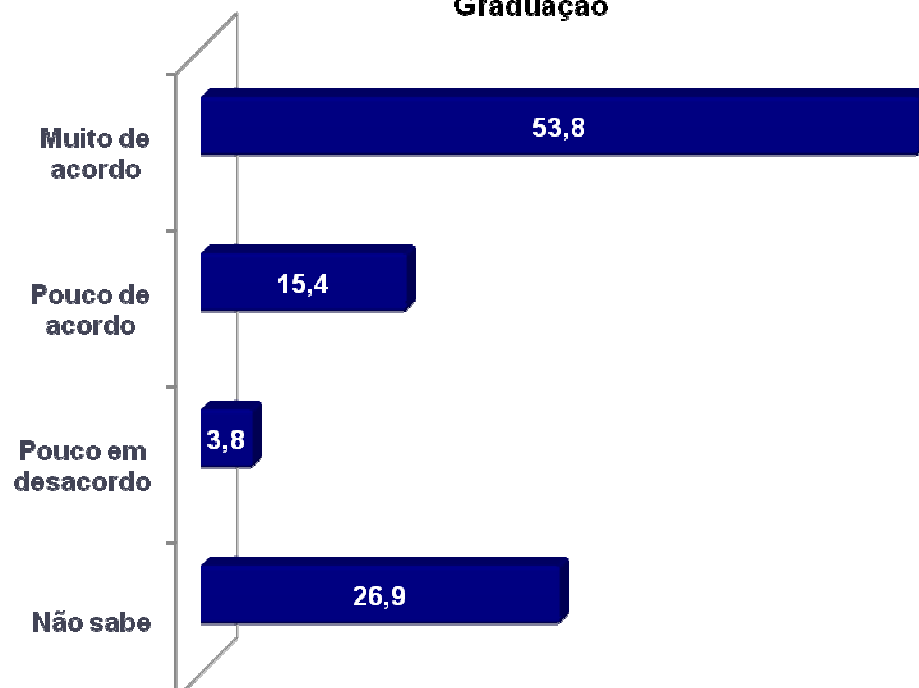
**Concordância quanto ao estímulo proporcionado pela ESCS
ao conhecimento de problemas atuais, de âmbito Nacional e
Regional**



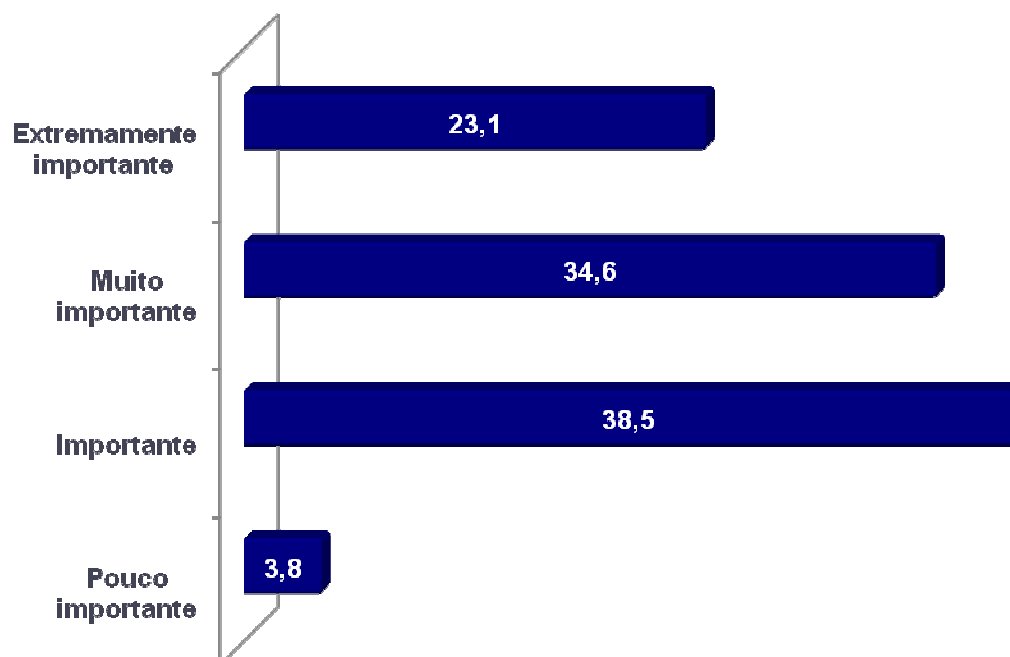
Concordância quanto a relação de reciprocidade da ESCS na prestação serviços especializados à comunidade



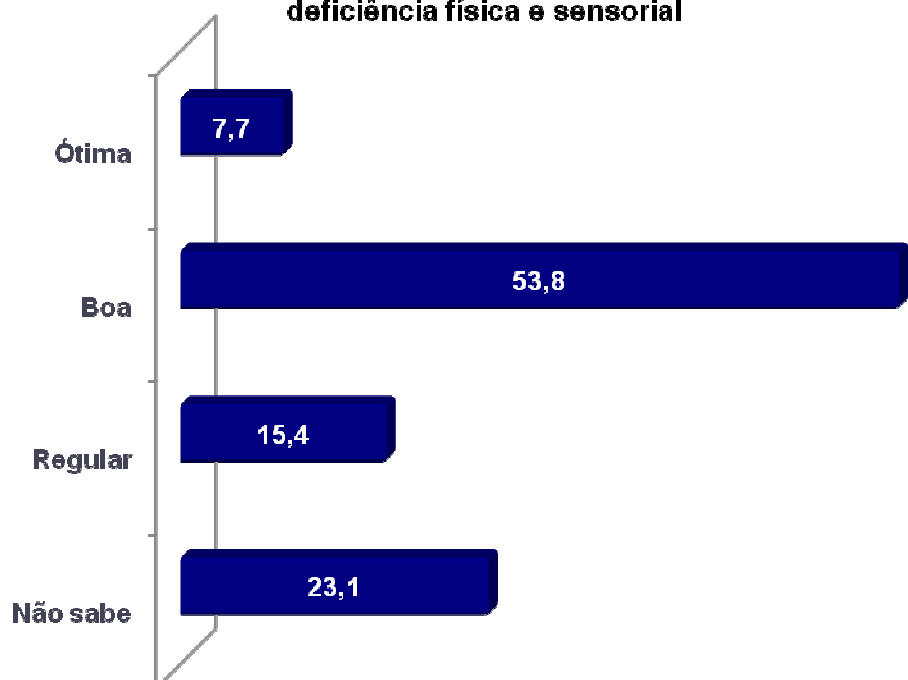
Grau de acordo sobre a quantidade de oferta de bolsas desconto oferecidas pela ESCS na mensalidade do curso de Graduação



Grau de importância sobre a participação de membros do corpo docente em programas sociais de instituições públicas e ONGs

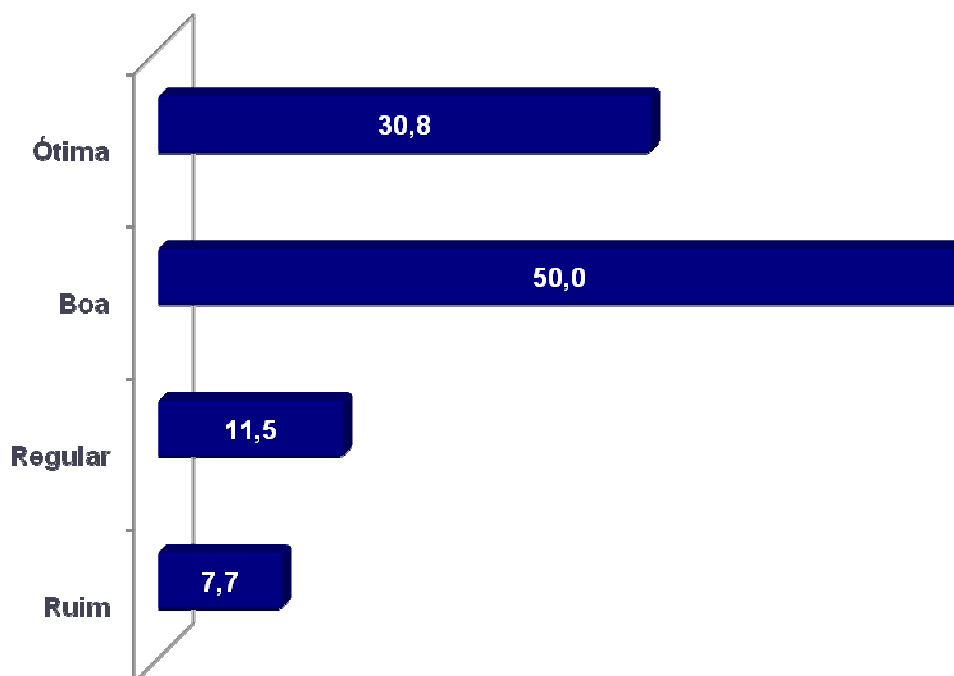


Avaliação das instalações físicas da ESCS, tais como adequação de mobiliário, equipamentos urbanos e acessibilidade a portadores de deficiência física e sensorial

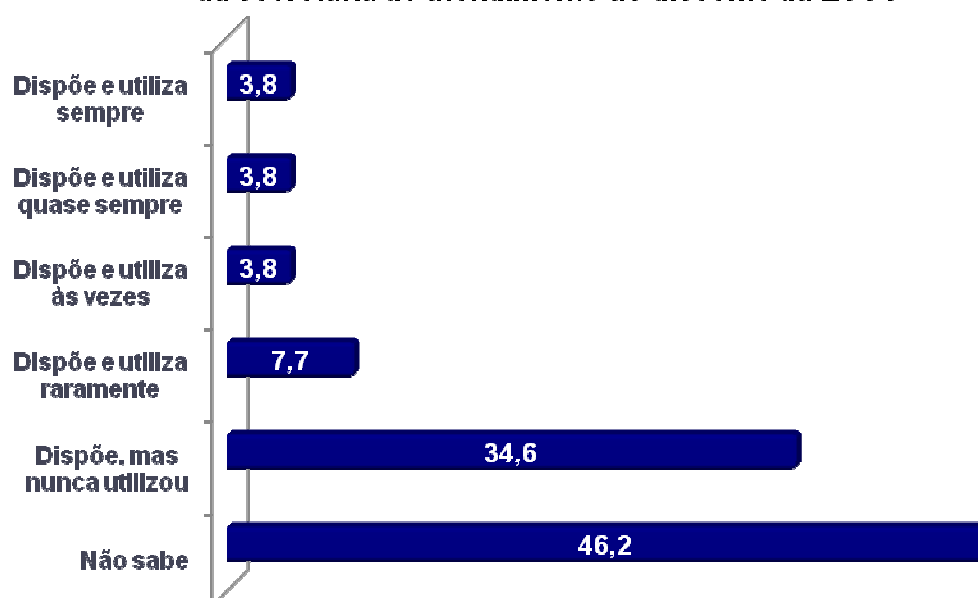


- Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

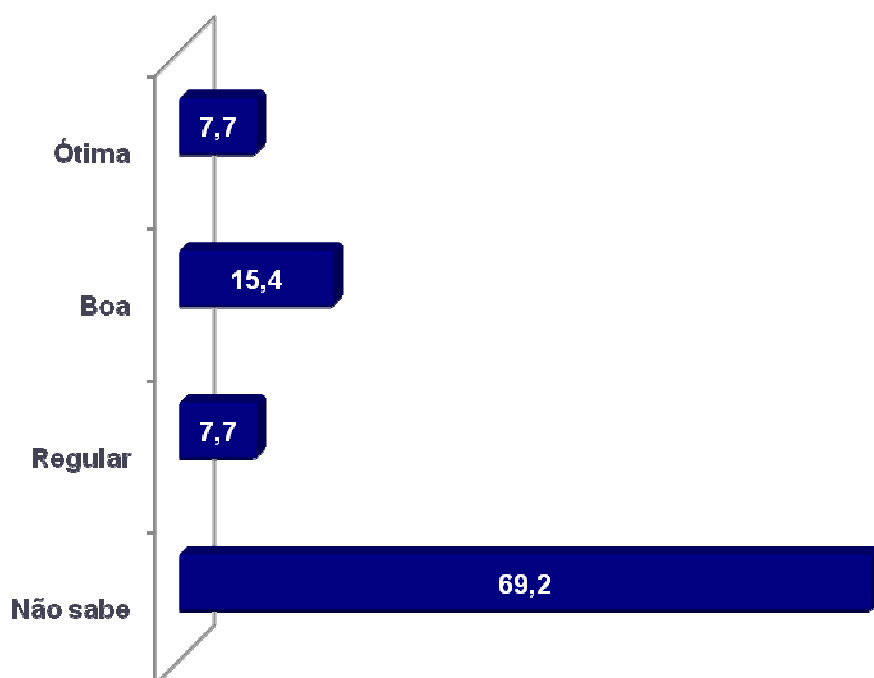
Avaliação dos espaços de divulgação de atividades e eventos da ESCS



Frequência com que dispõe e utiliza o serviço de ouvidoria da secretaria de atendimento ao discente da ESCS

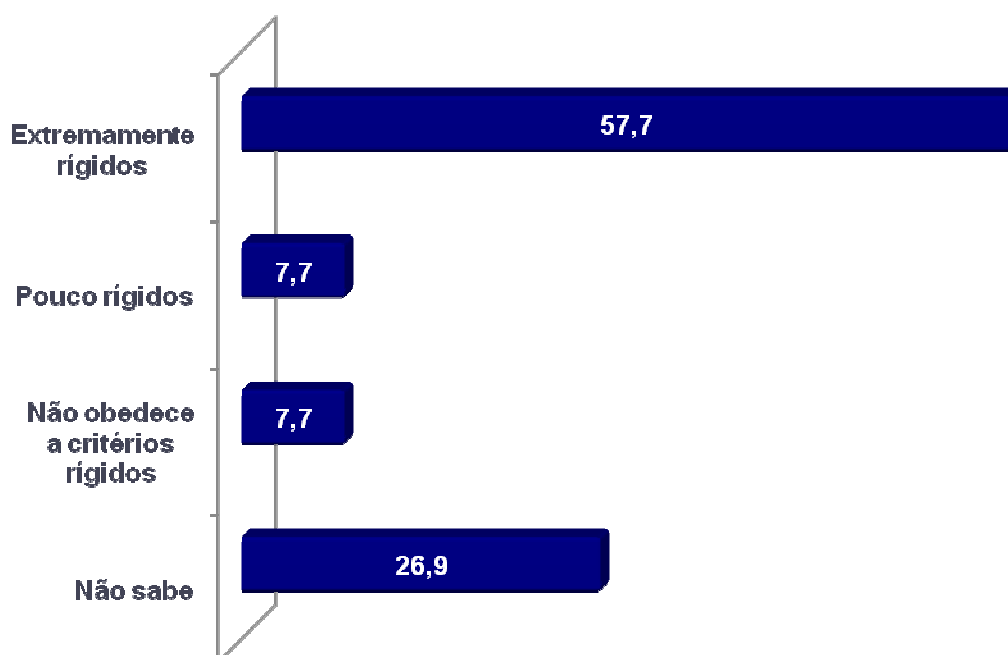


Avaliação do funcionamento da ouvidoria da ESCS como um elo de comunicação entre a instituição e a comunidade interna e externa

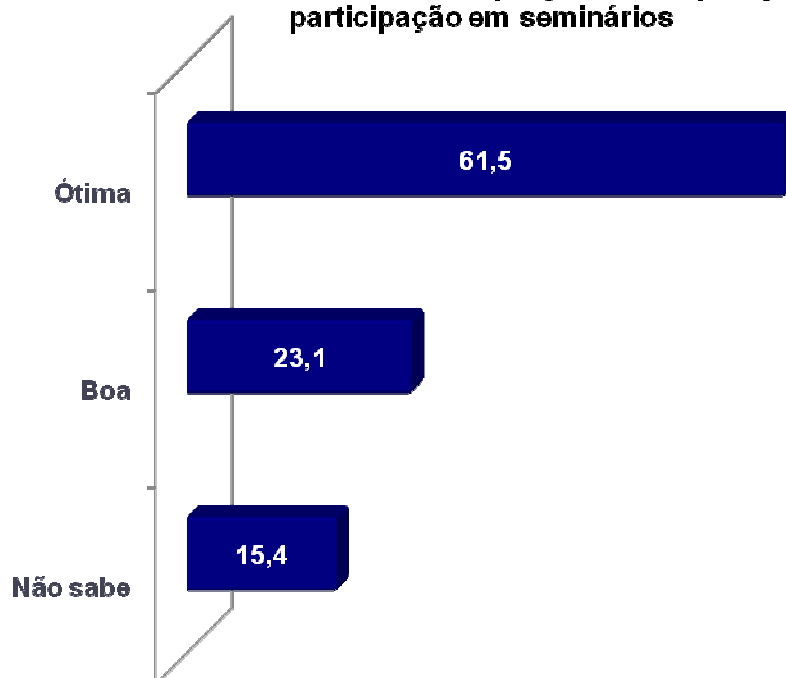


- **Dimensão 5 : As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento e condições de trabalho**

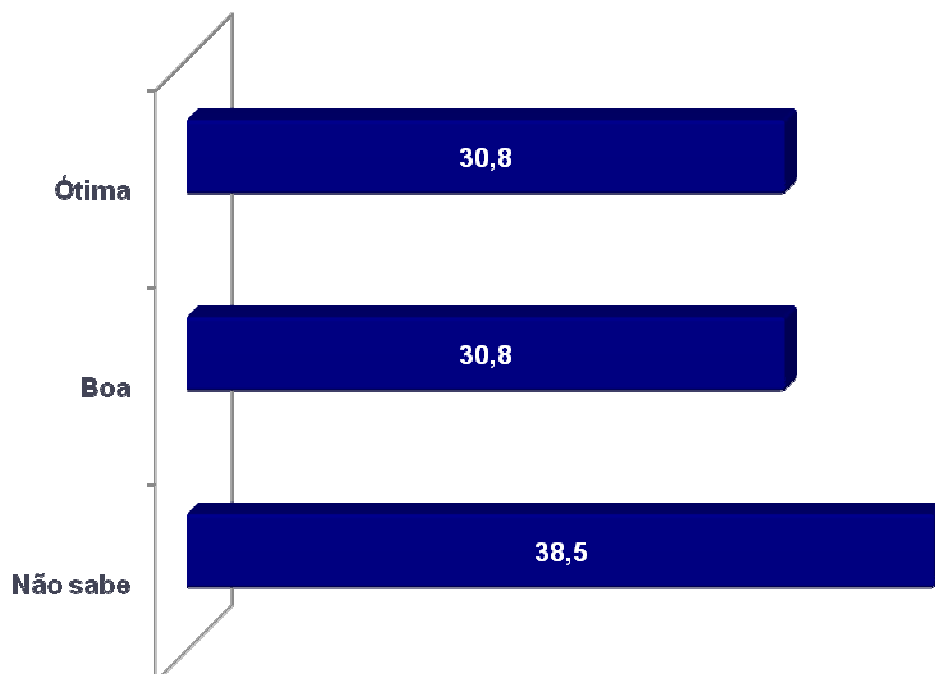
Avaliação dos critérios exigidos durante o processo de contratação dos professores



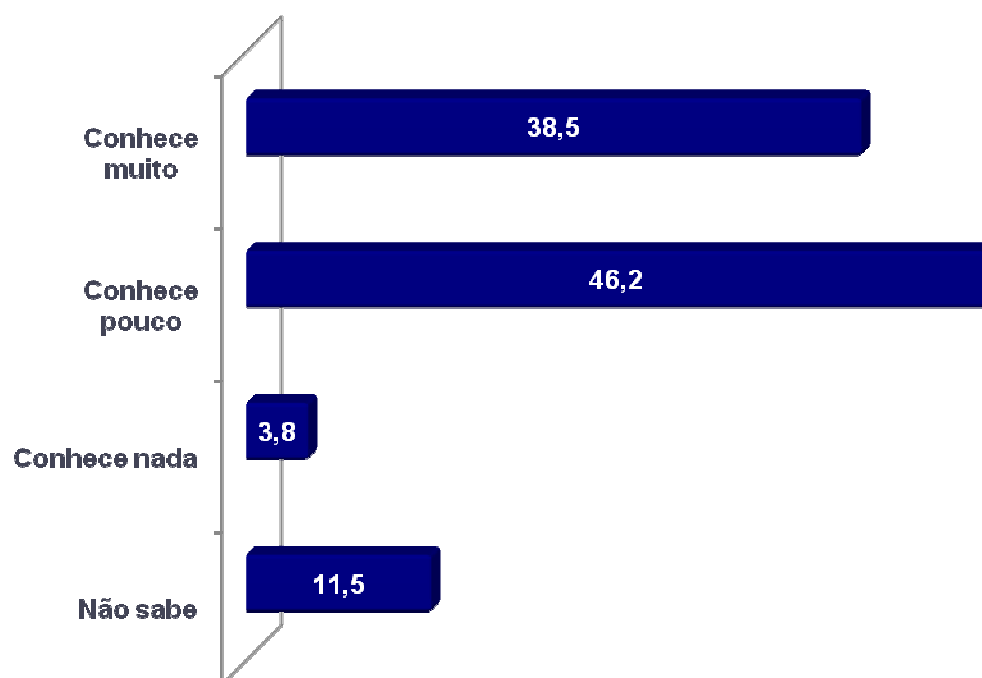
Avaliação da ESCS na política de incentivo e qualificação profissional dos docentes, tal como formação em programas de pós-graduação e participação em seminários



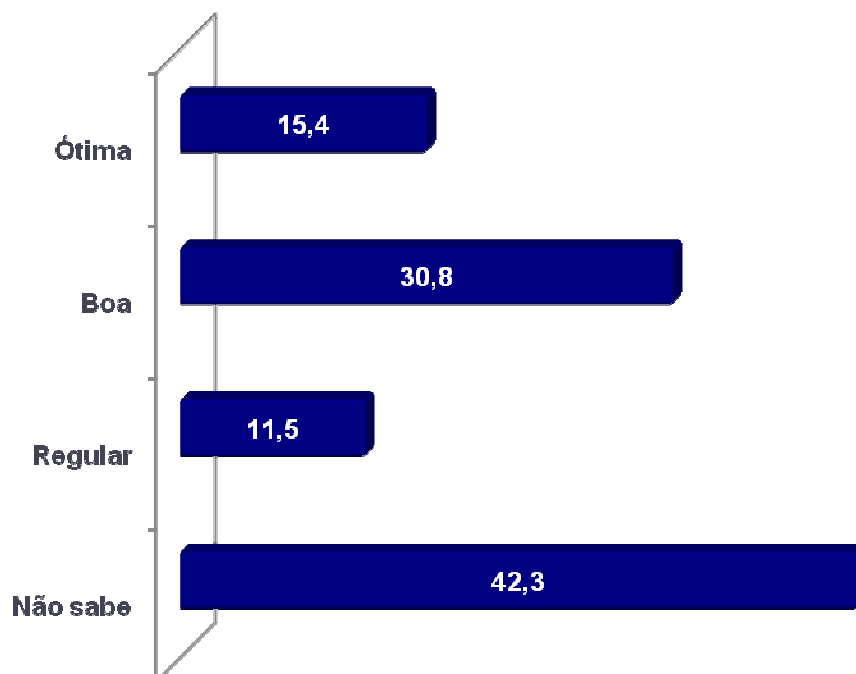
Avaliação da política de incentivo na formação profissional dos funcionários técnico-administrativos



Grau de conhecimento do Plano de carreira Docente da ESCS

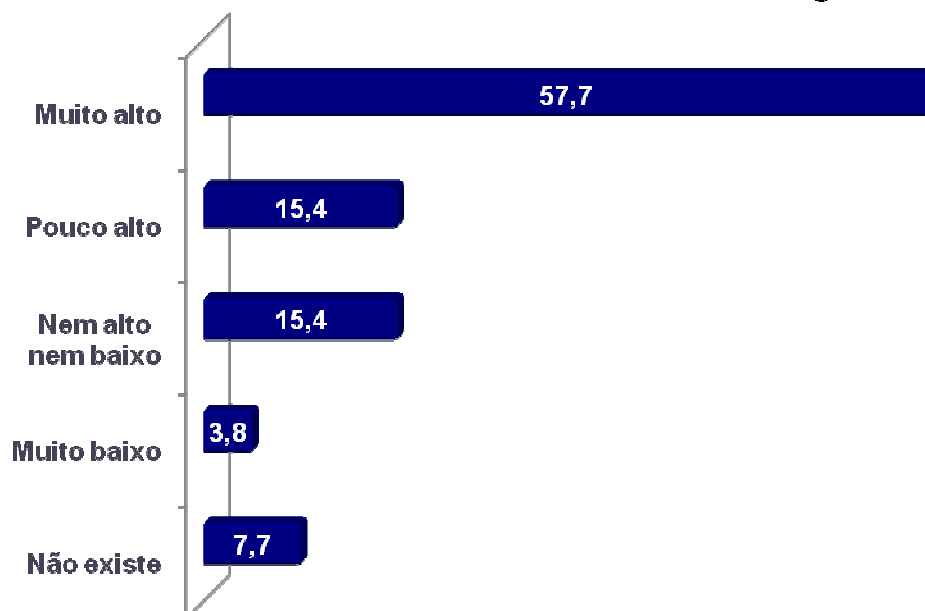


Avaliação do Plano de carreira Docente

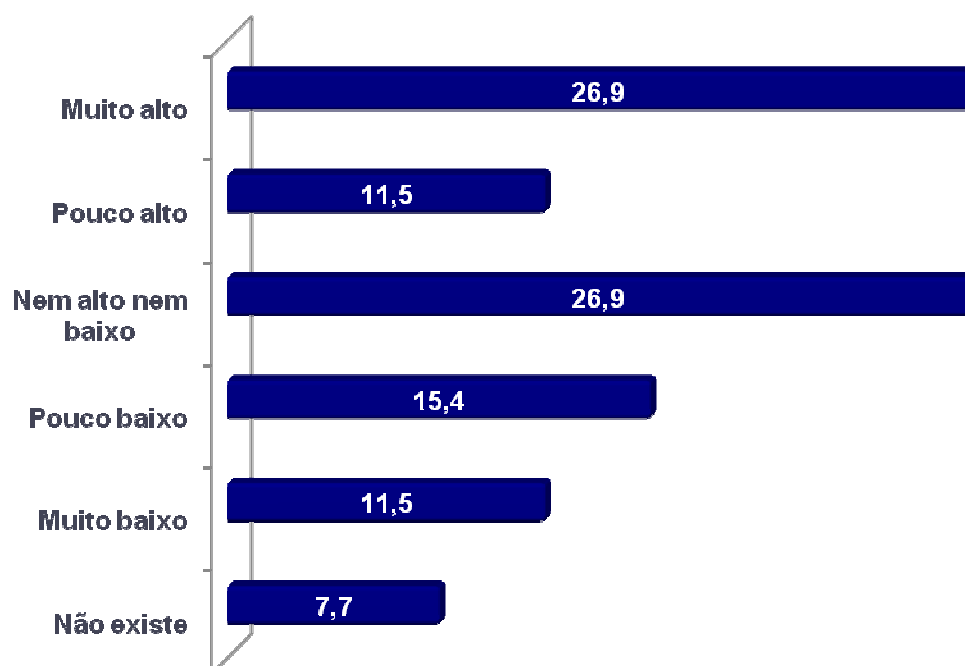


- Dimensão 6: Organização e gestão da instituição

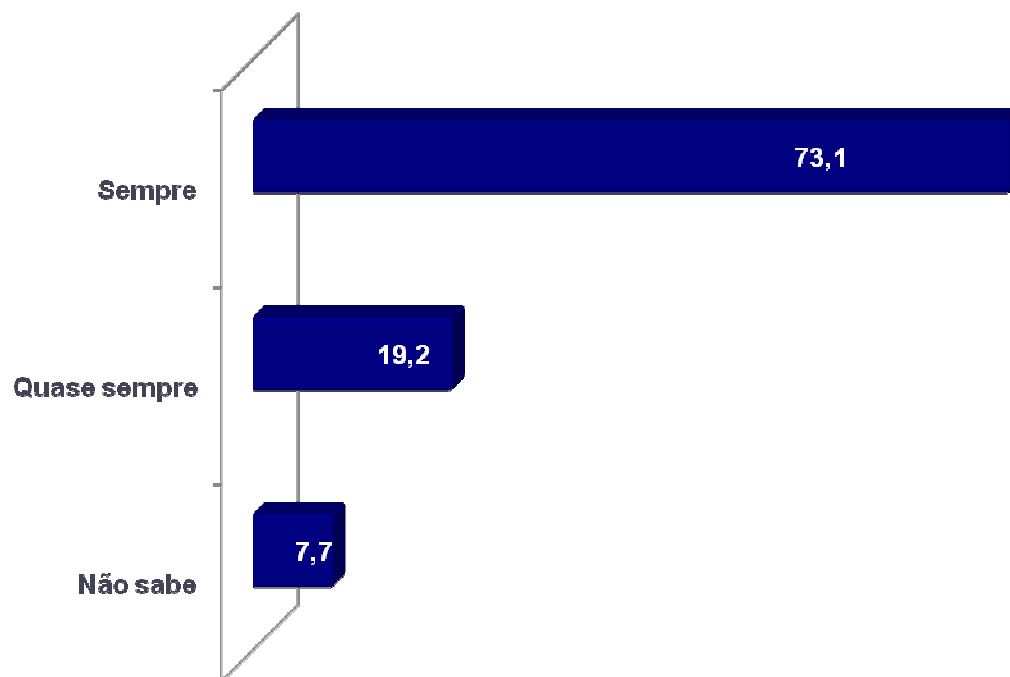
Grau de respeitabilidade quanto à representatividade dos membros da comunidade acadêmica nos Conselhos e Colegiados



Grau de independência e autonomia da ESCS em relação à mantenedora FGV



Frequência do registro em atas das deliberações ou normatizações na ESCS

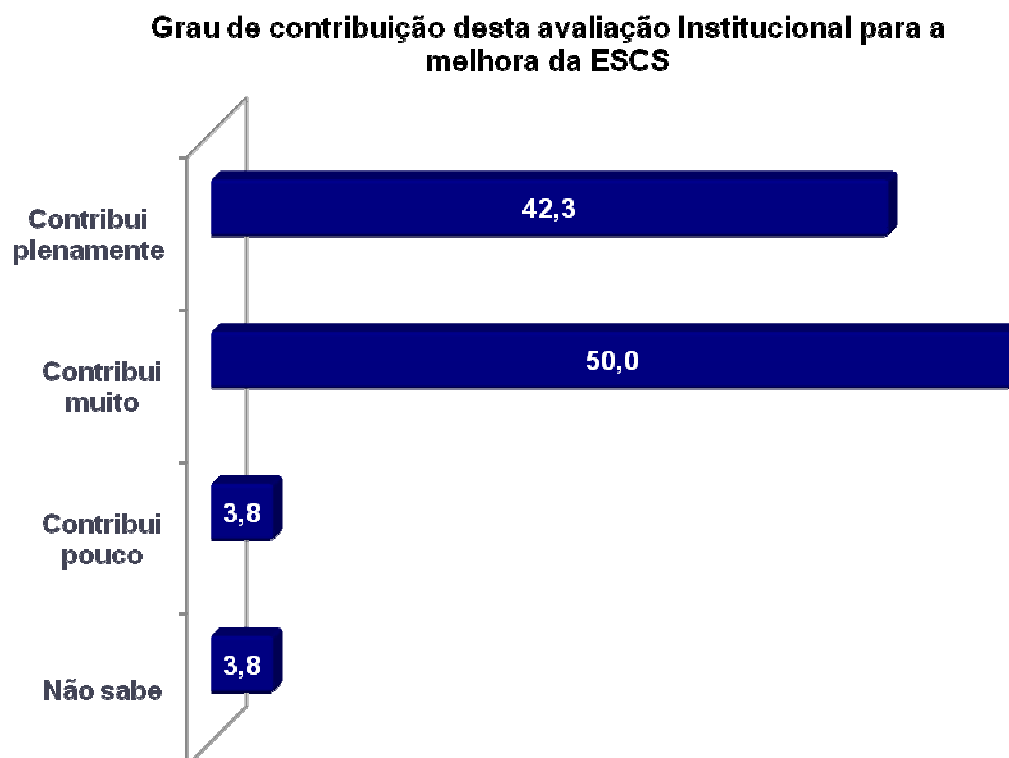


▪ Dimensão 7: Infraestrutura física

Avaliação de características da ESCS - Nota entre 0 e 10

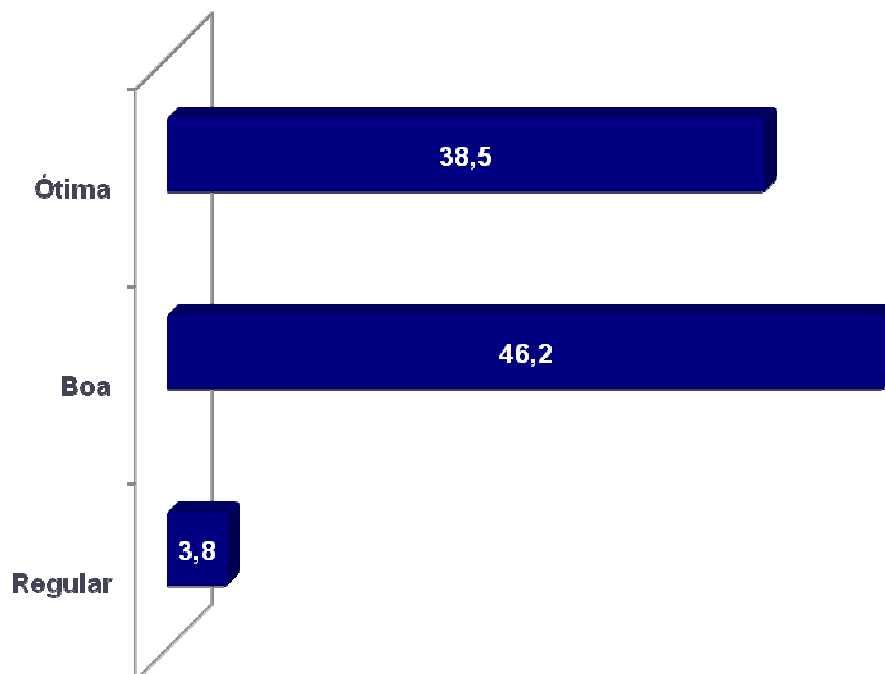


- Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

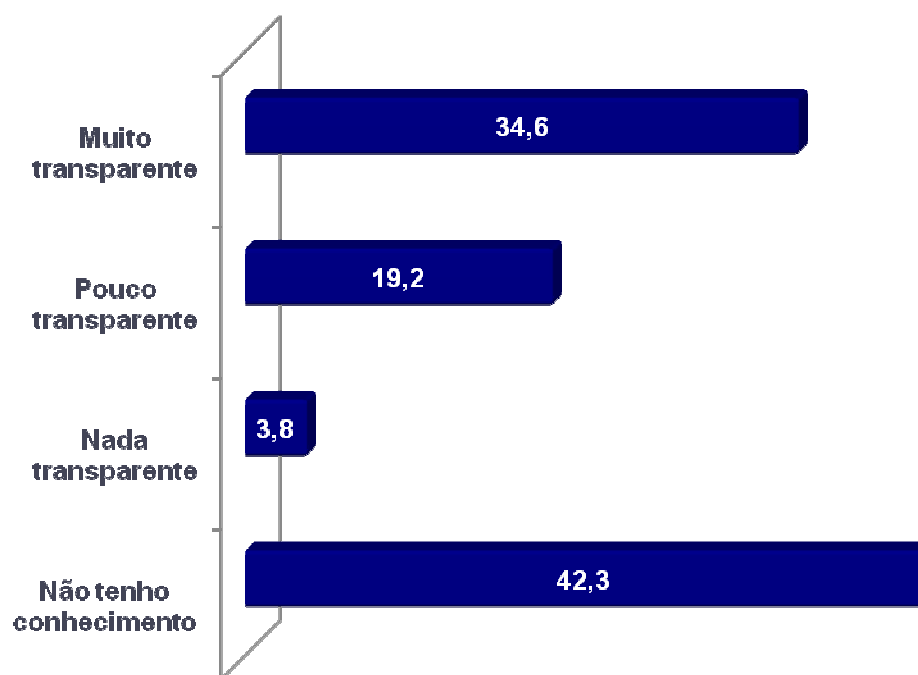


- Dimensão 10: Sustentabilidade financeira

Avaliação sobre a saúde financeira da FGV, mantenedora da ESCS

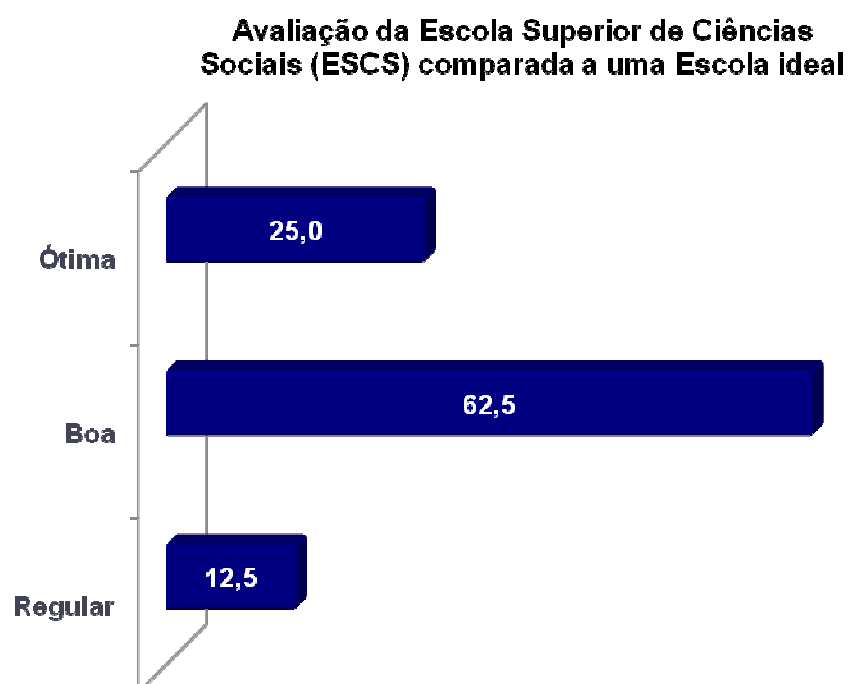


Avaliação da transparência na divulgação de informações sobre a saúde financeira da FGV

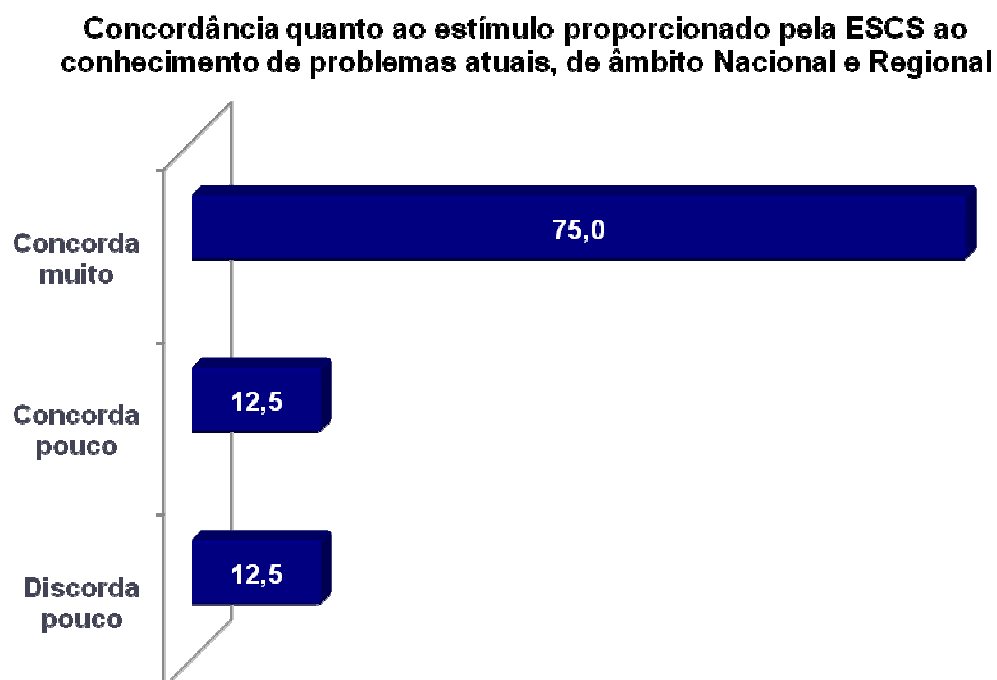


CORPO TECNICO-ADMINISTRATIVO

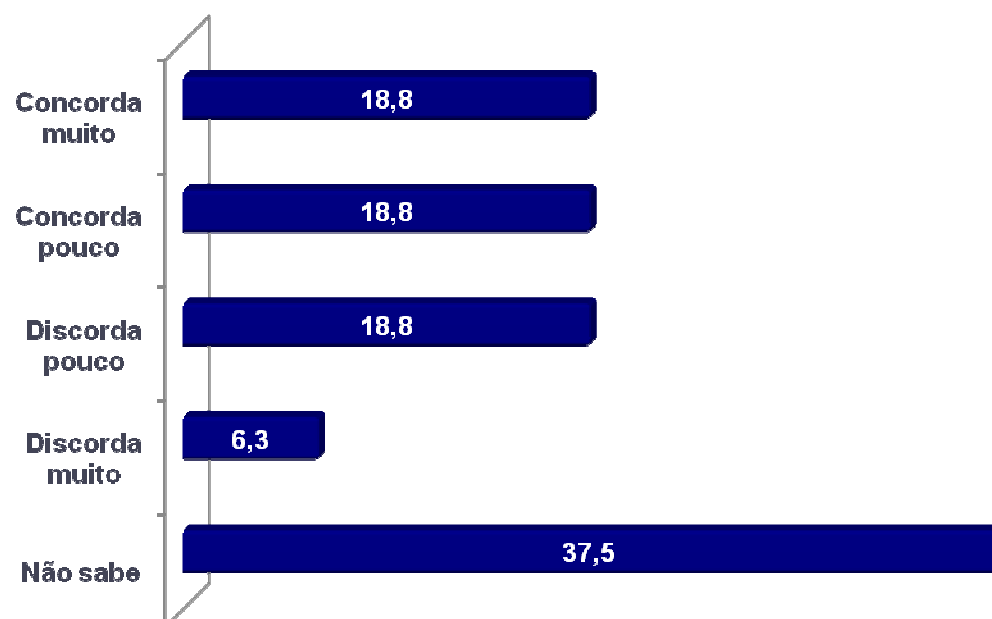
- Avaliação da Escola Superior de Ciências Sociais em comparação a uma Escola ideal:



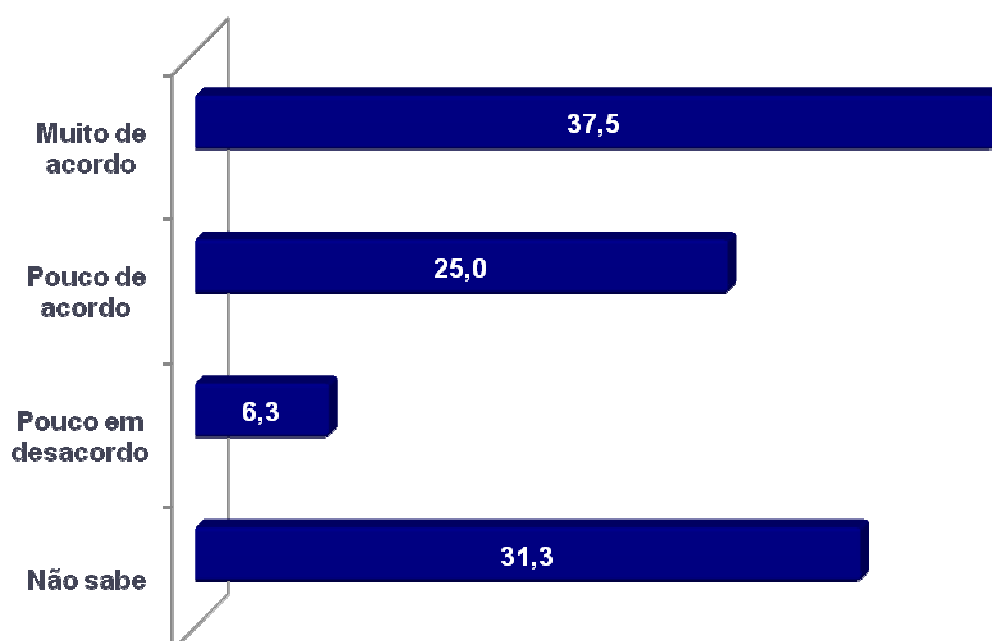
- Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição



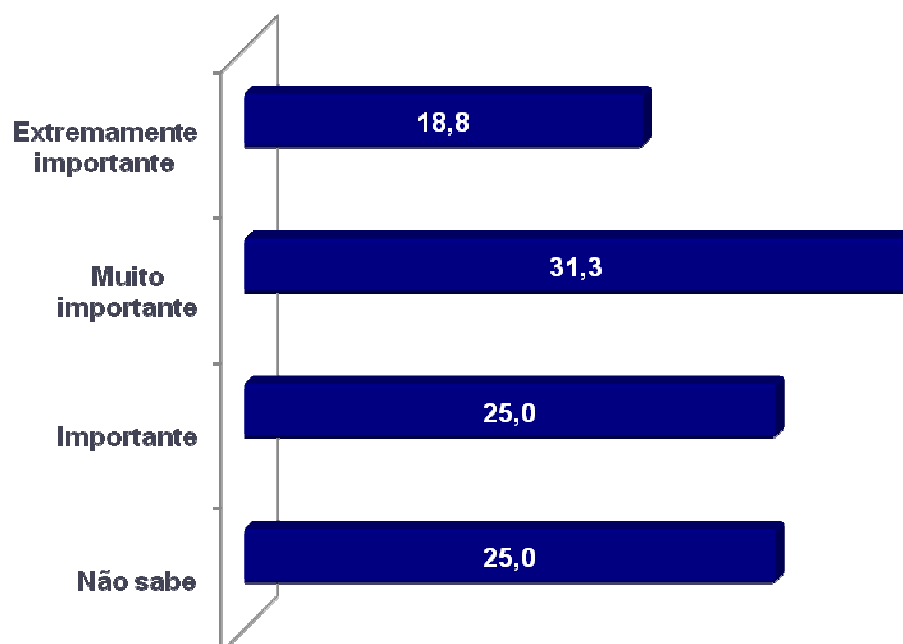
Considerando a real necessidade, concordância com a quantidade de bolsas de desconto de mensalidade oferecidas pela ESCS



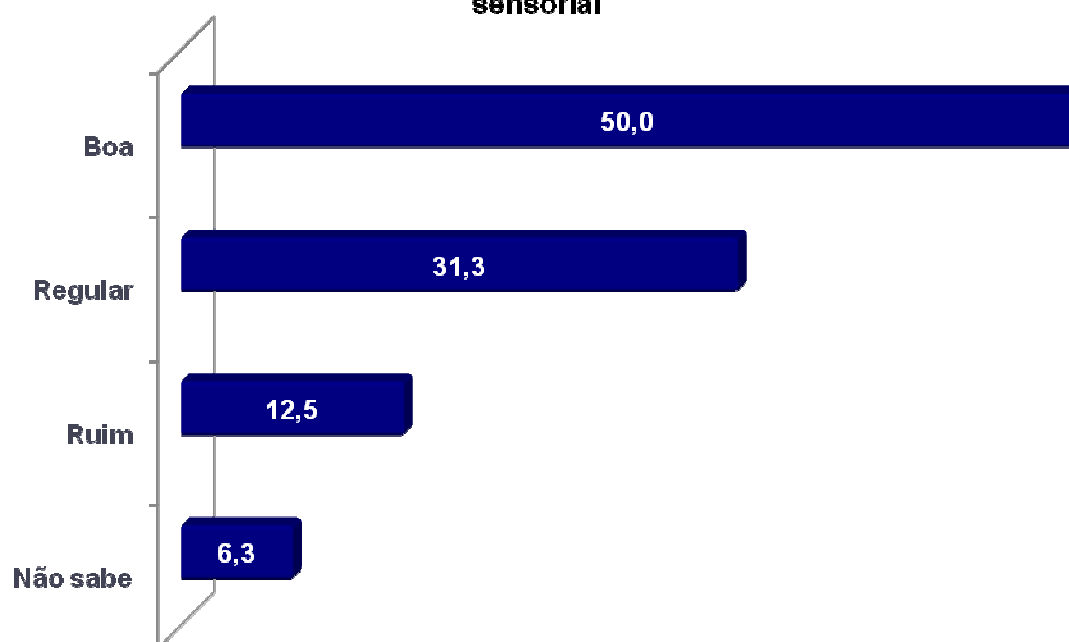
Grau de importância sobre a participação de membros do corpo docente em programas sociais de instituições públicas e ONGs



Grau de importância sobre a participação de membros do corpo docente em programas sociais de instituições públicas e ONGs

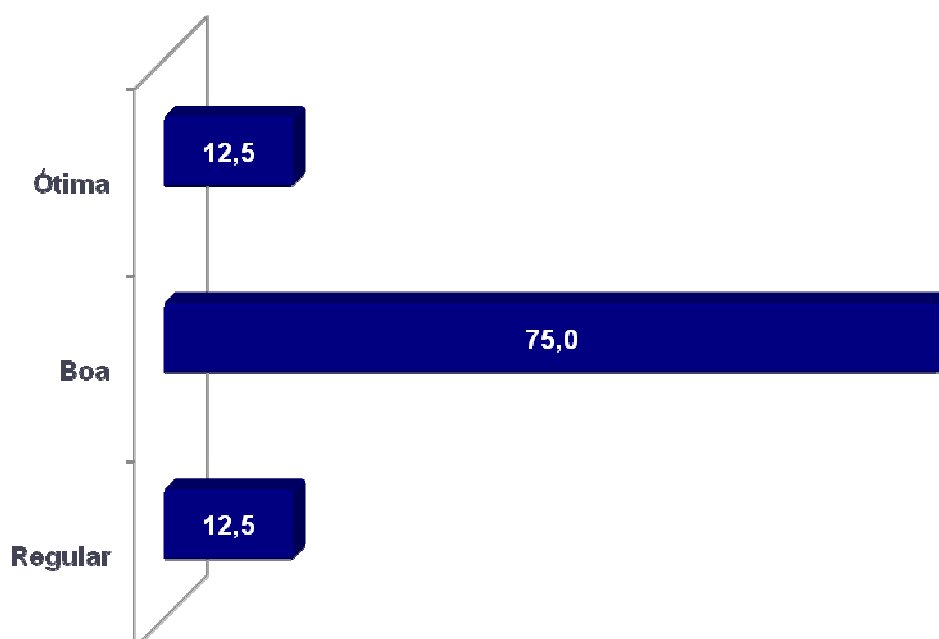


Avaliação das instalações físicas da ESCS, tais como adequação de mobiliário, equipamentos urbanos e acessibilidade a portadores de deficiência física e sensorial

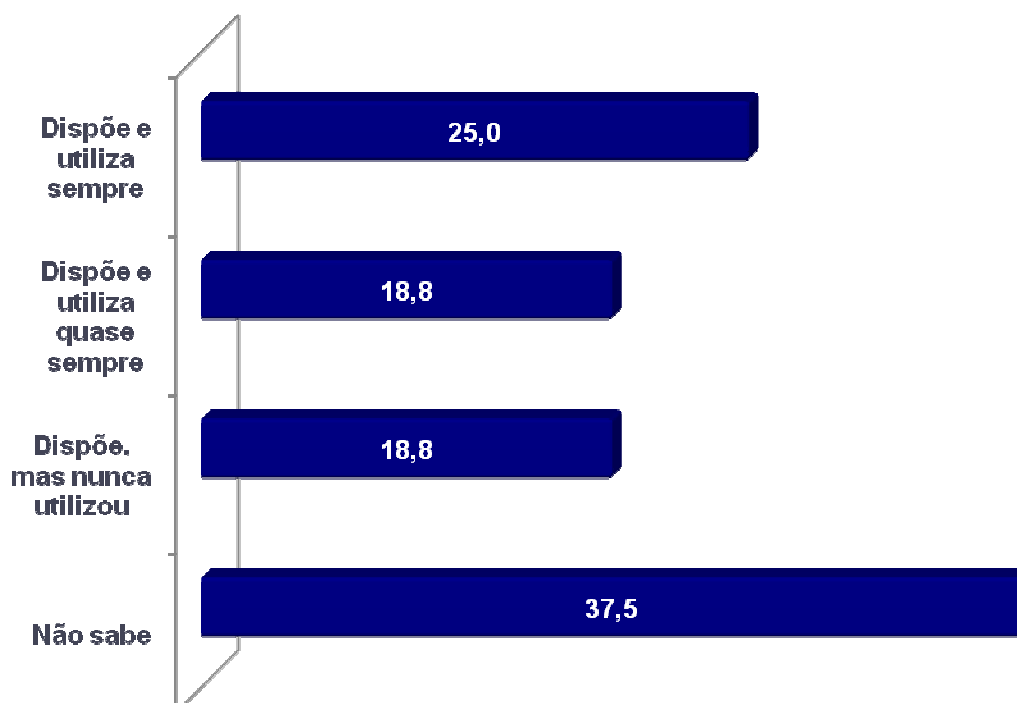


- **Dimensão 4: A comunicação com a sociedade**

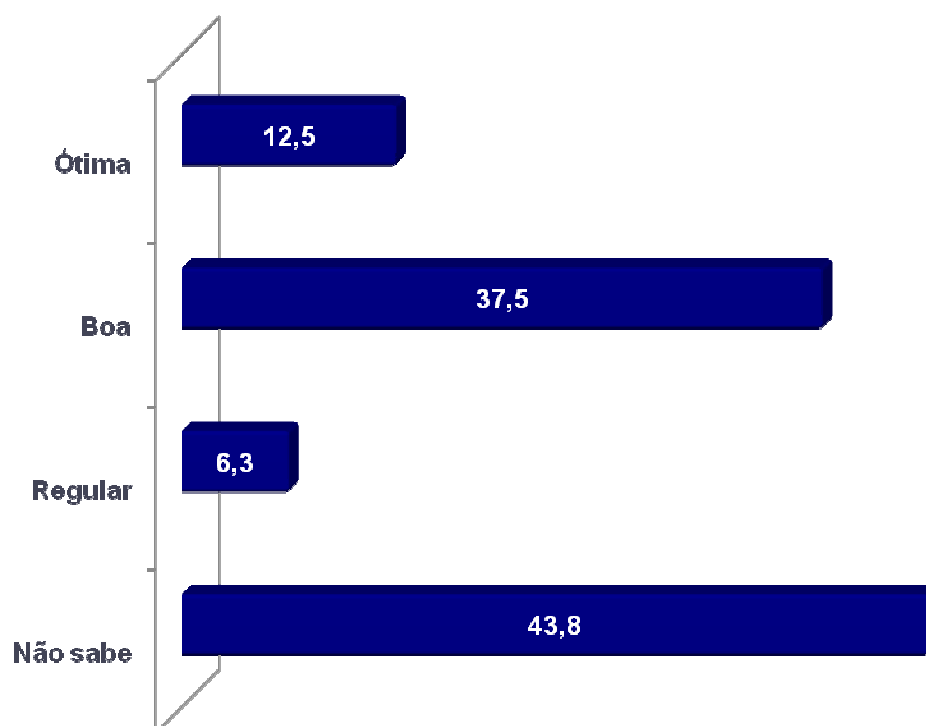
Avaliação dos espaços de divulgação de atividades e eventos da ESCS



Frequência com que dispõe e utiliza o serviço de ouvidoria da secretaria de atendimento ao discente da ESCS

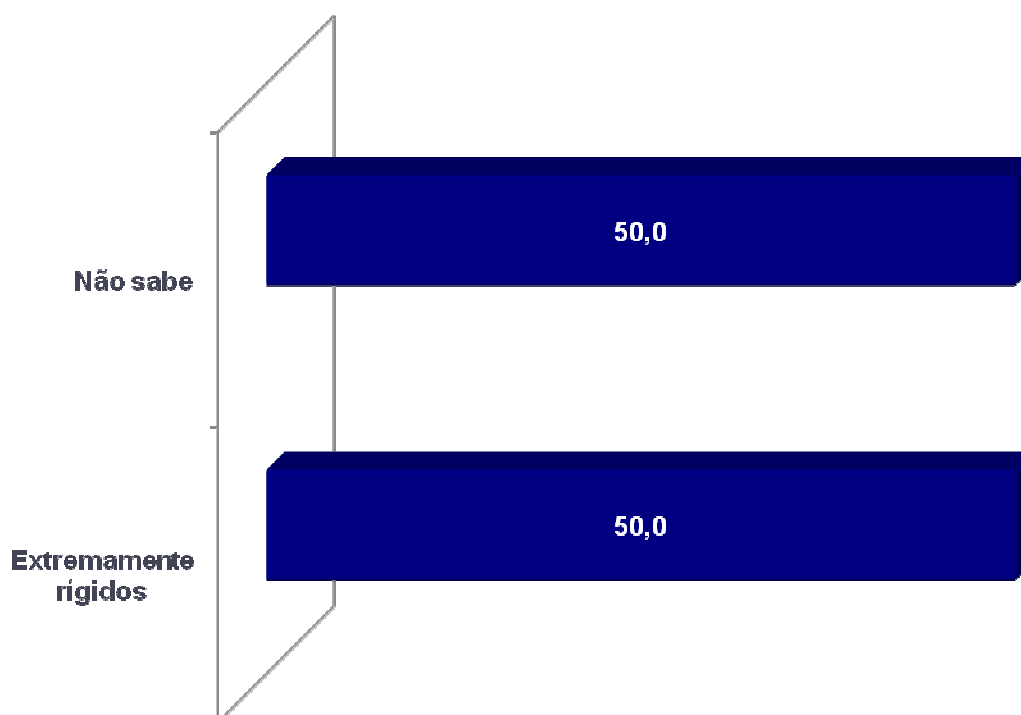


Avaliação do funcionamento da ouvidoria da ESCS como um elo de comunicação entre a instituição e a comunidade interna e externa

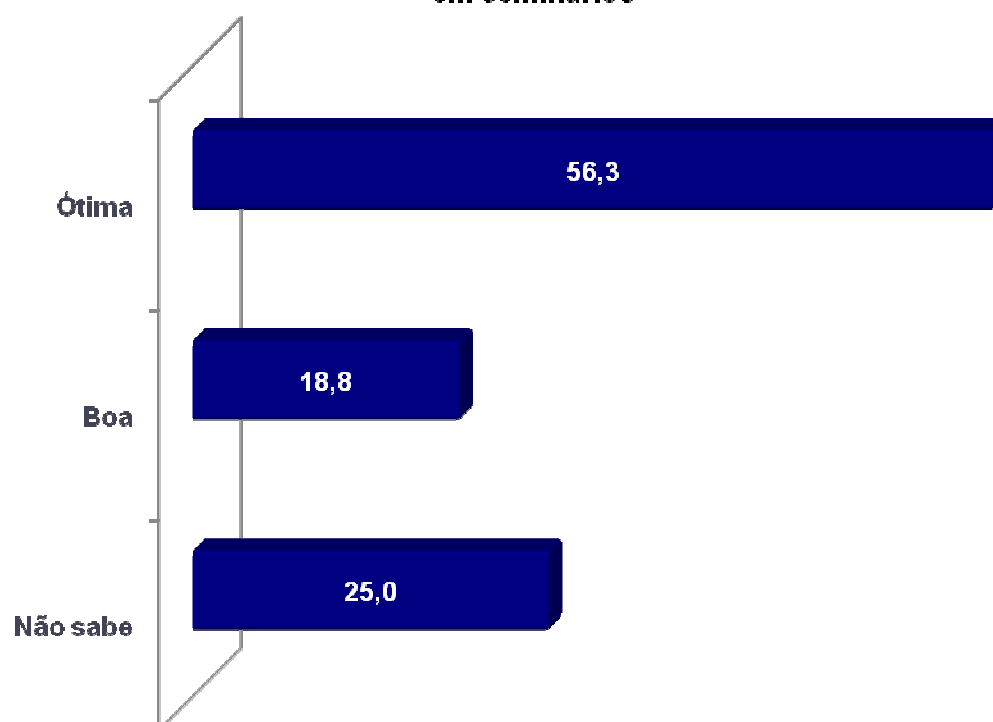


- **Dimensão5 : As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento e condições de trabalho**

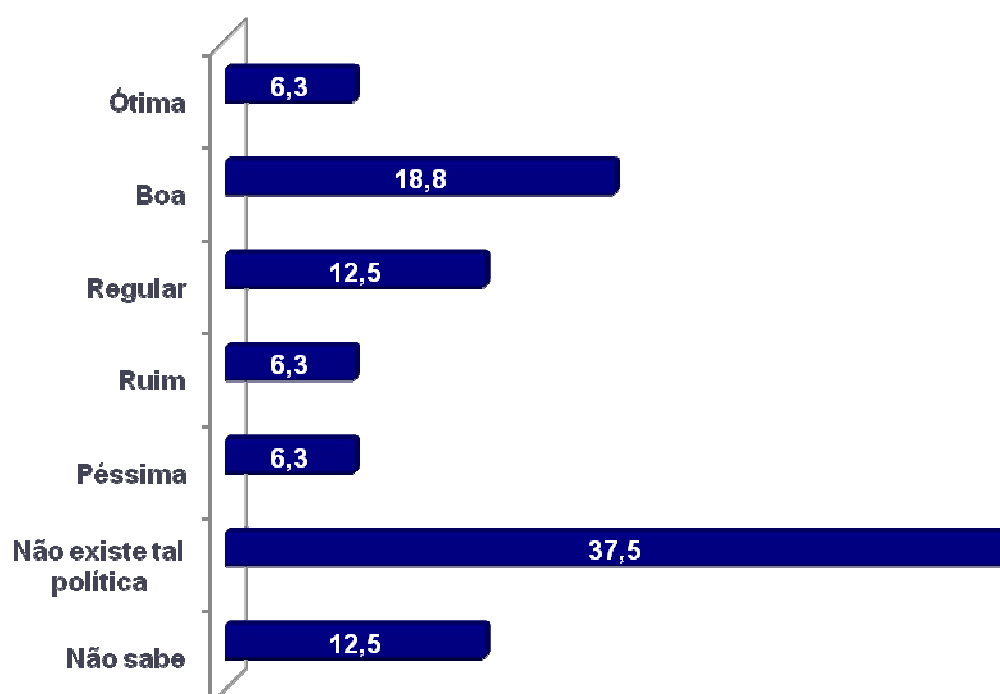
Opinião sobre os critérios rígidos de necessidade no processo de contratação dos professores



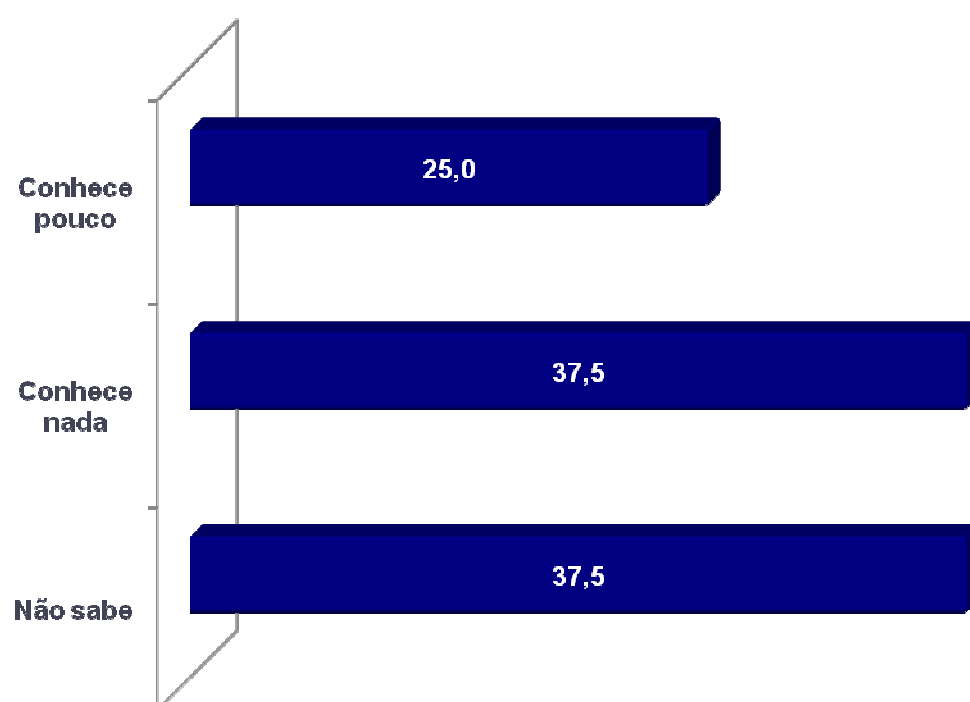
Avaliação da ESCS na política de incentivo e qualificação profissional dos docentes, tal como formação em programas de pós-graduação e participação em seminários



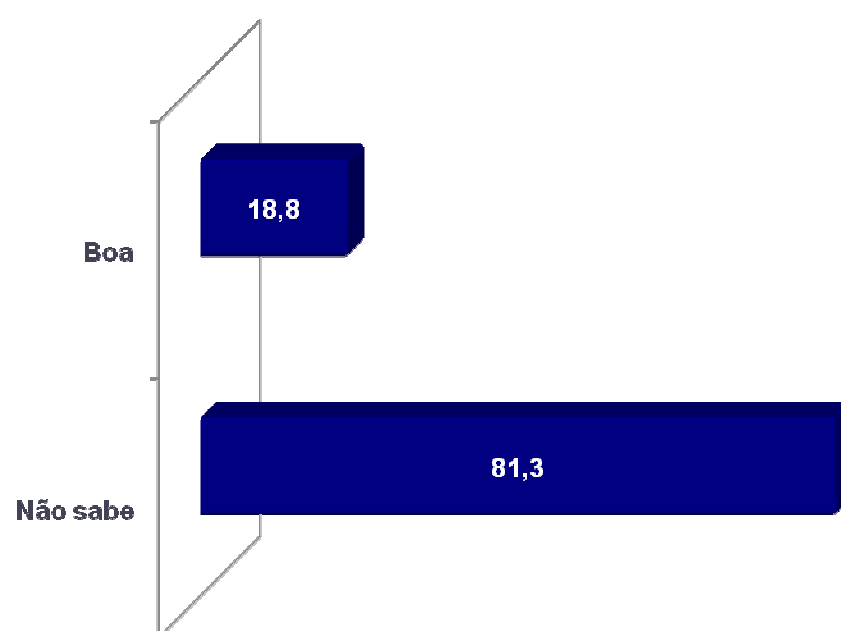
Avaliação da política de incentivo na formação profissional dos funcionários técnico-administrativos



Grau de conhecimento do Plano de carreira Docente da ESCS

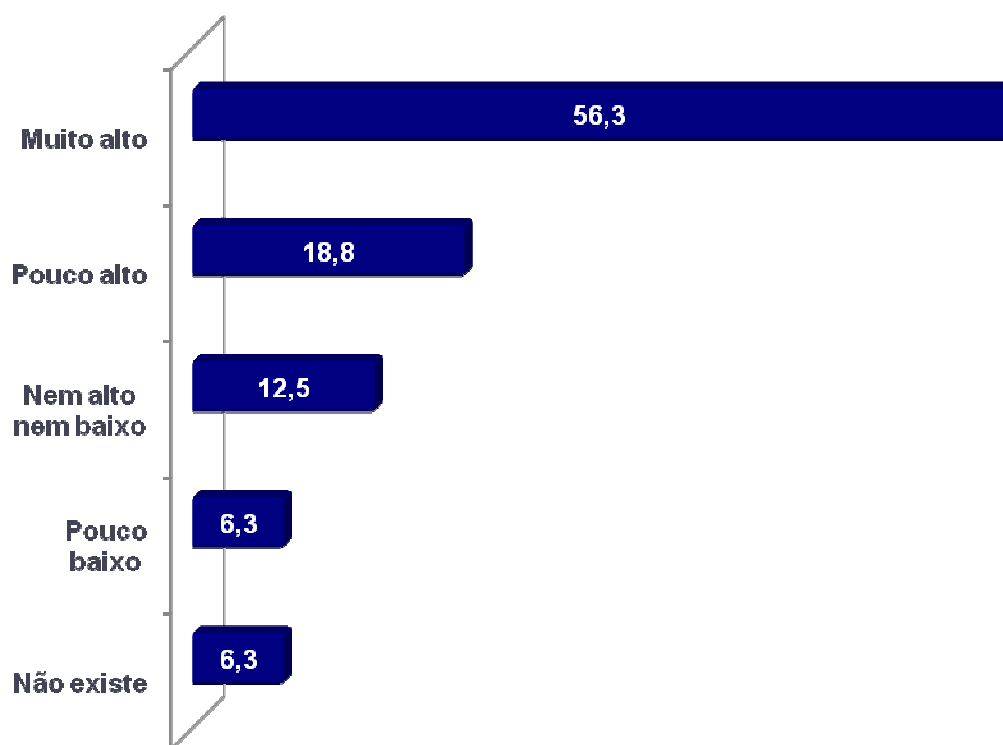


Avaliação do Plano de carreira Docente

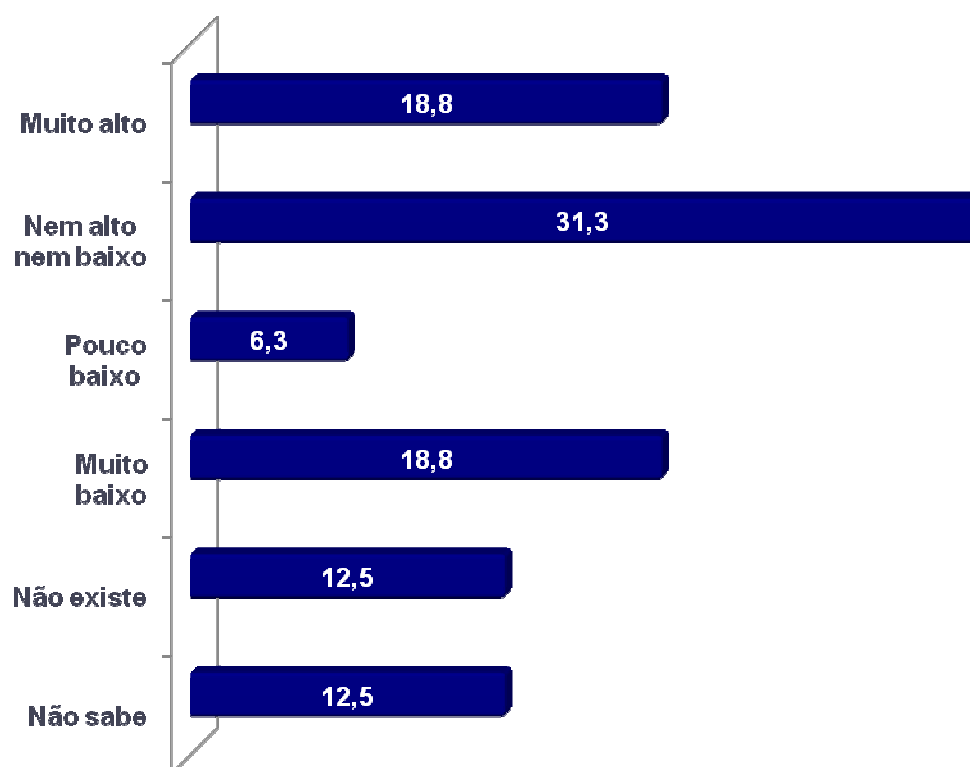


- **Dimensão 6: Organização e gestão da instituição**

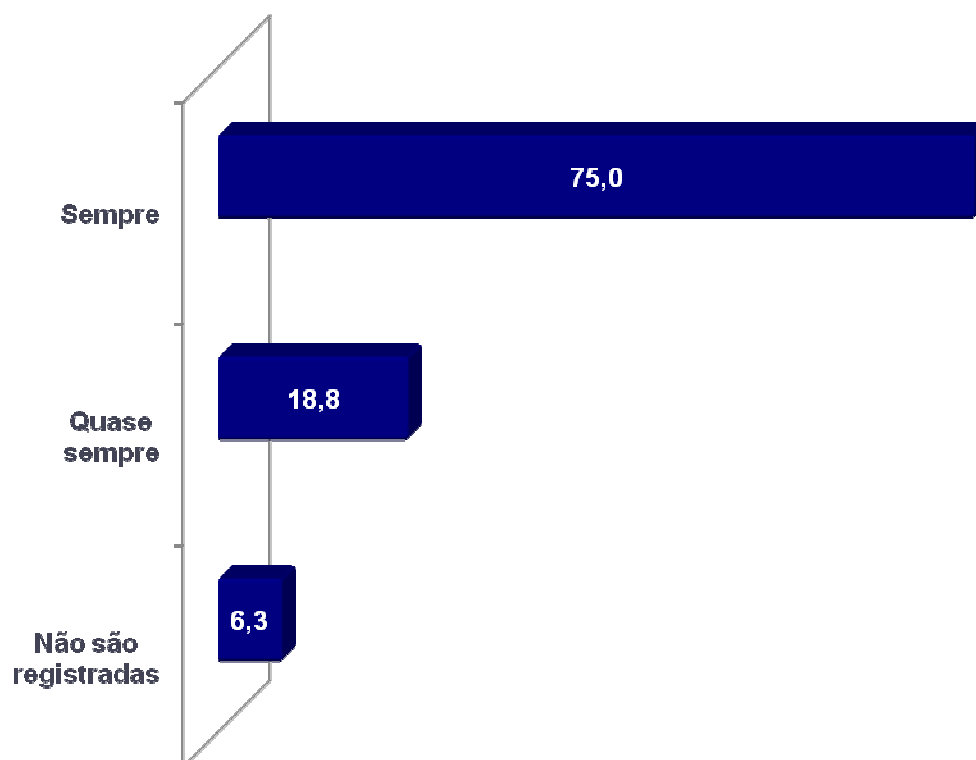
Grau de respeitabilidade quanto à representatividade dos membros da comunidade acadêmica nos Conselhos e Colegiados



Grau de independência e autonomia da ESCS em relação à mantenedora FGV



Frequência do registro em atas das deliberações ou normatizações na ESCS



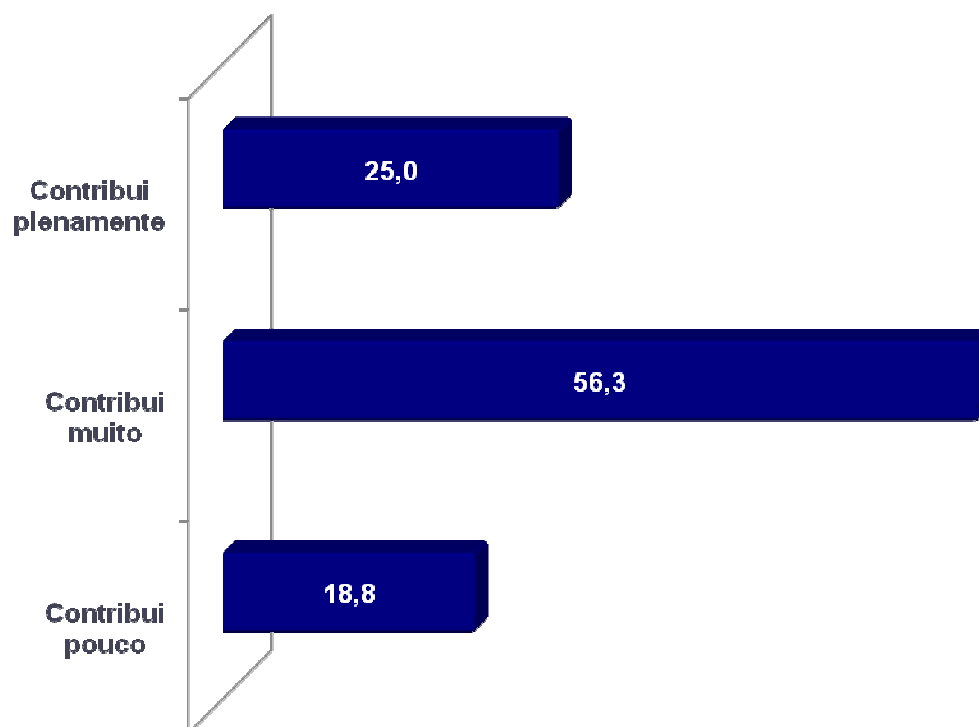
- **Dimensão 7: Infraestrutura física**

Avaliação de características da ESCS - Nota entre 0 e 10



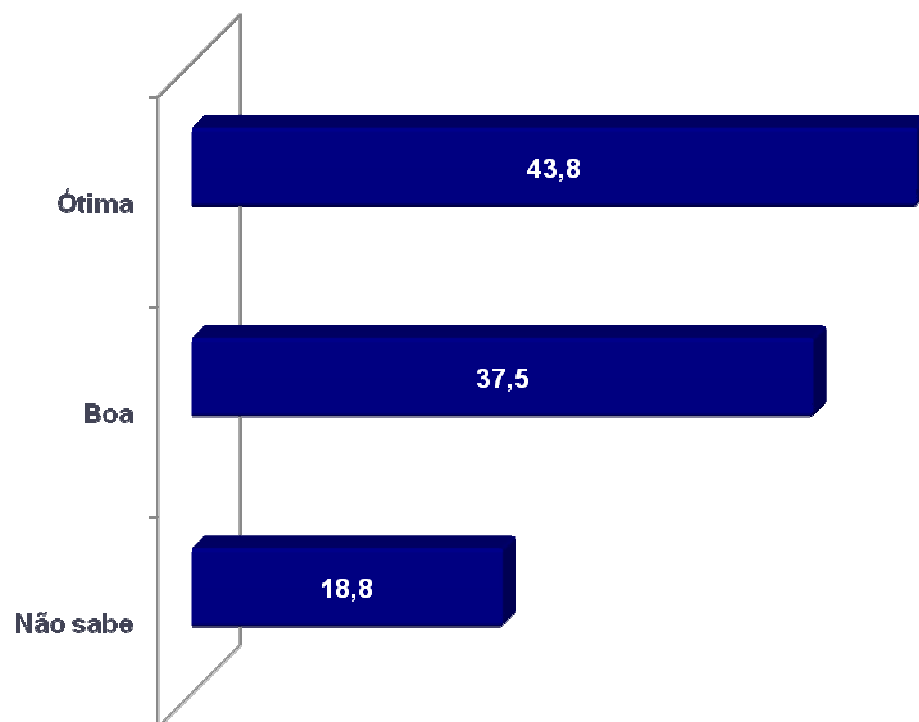
- **Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional**

Grau de contribuição desta avaliação Institucional para a melhora da ESCS

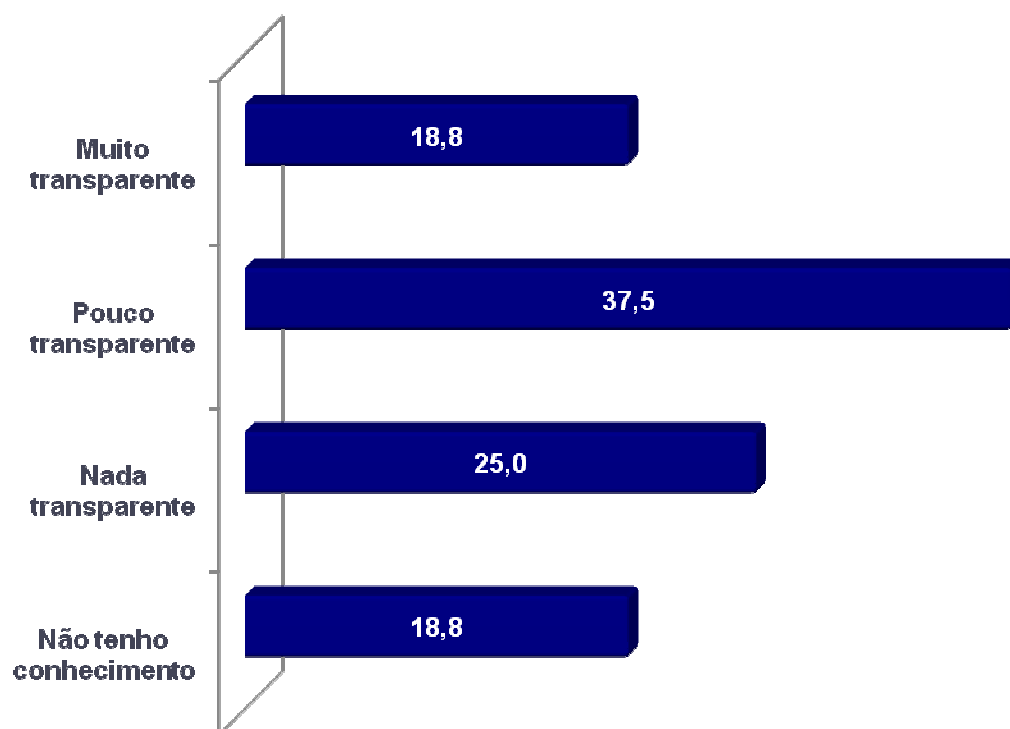


- **Dimensão 10: Sustentabilidade financeira**

Avaliação sobre a saúde financeira da FGV, mantenedora da ESCS

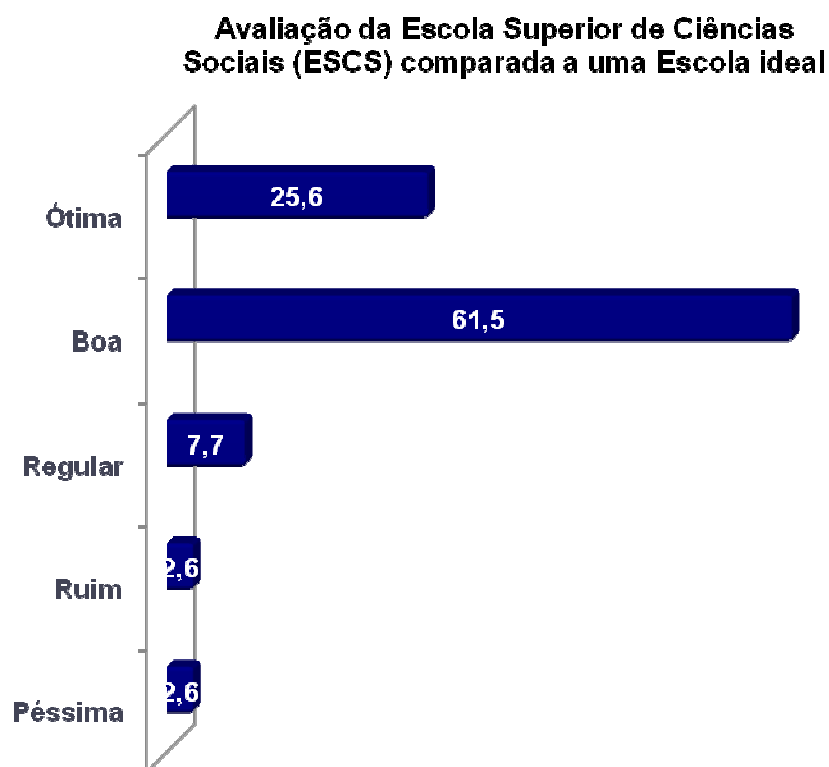


Avaliação da transparência na divulgação de informações sobre a saúde financeira da FGV

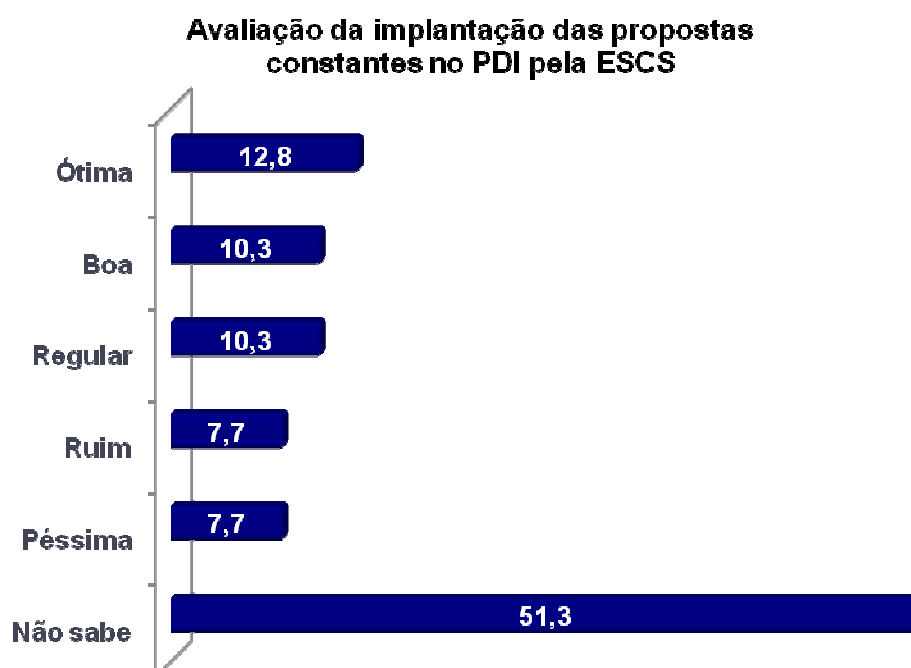
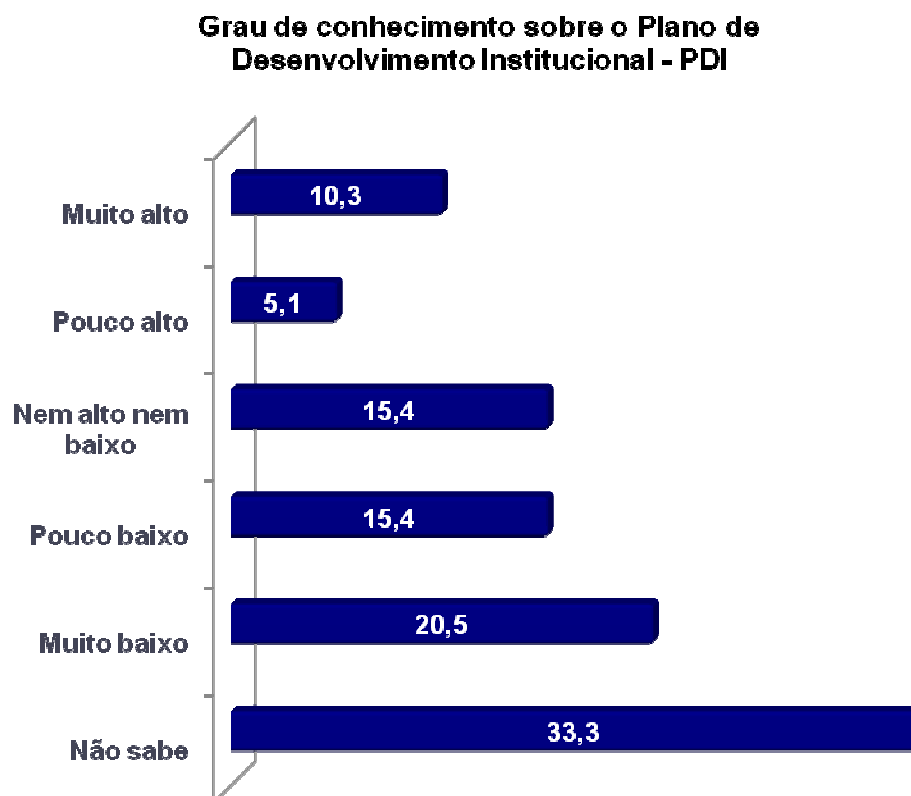


CORPO DISCENTE

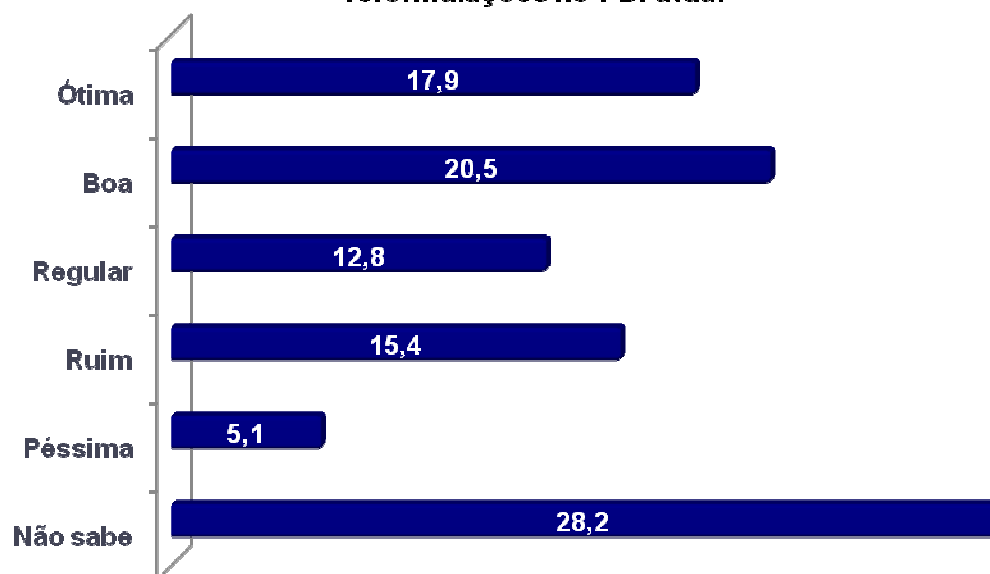
- Avaliação da Escola Superior de Ciências Sociais em comparação a uma Escola ideal:



- **Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional**

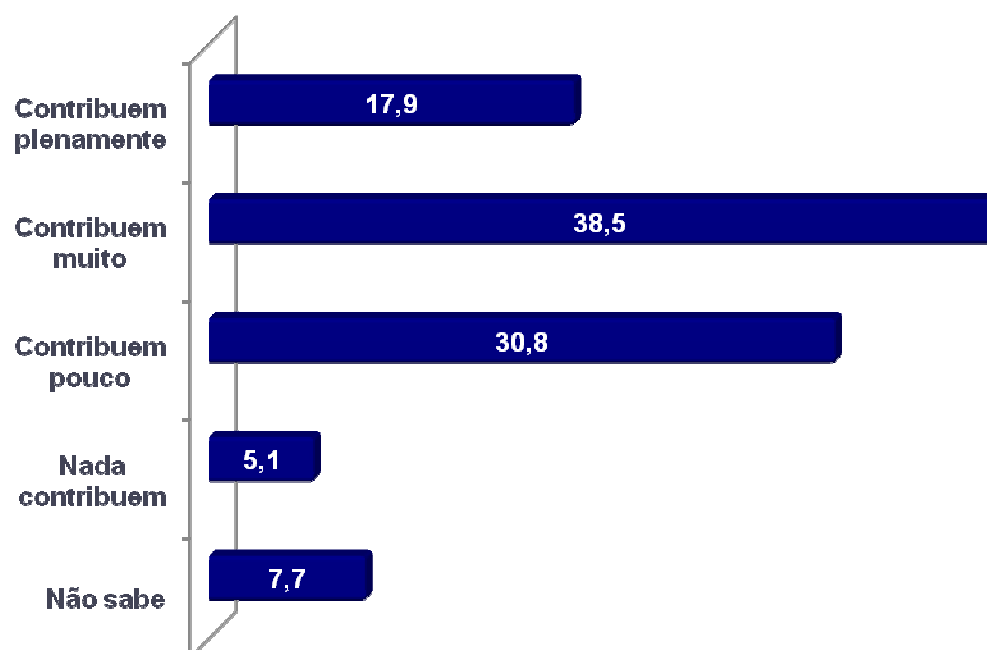


Avaliação sobre a concretização das reformulações no PDI atual

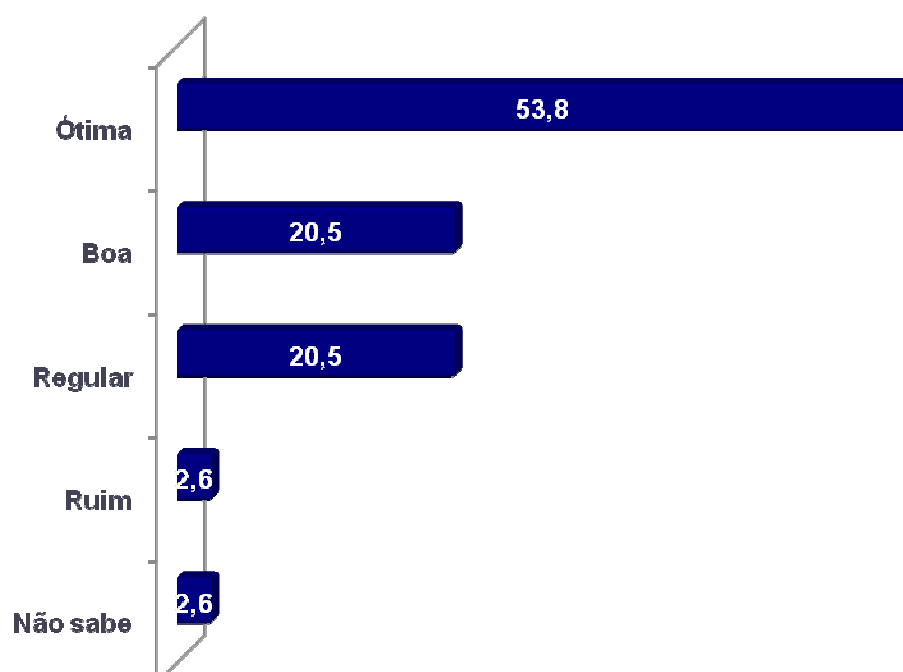


- **Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades**

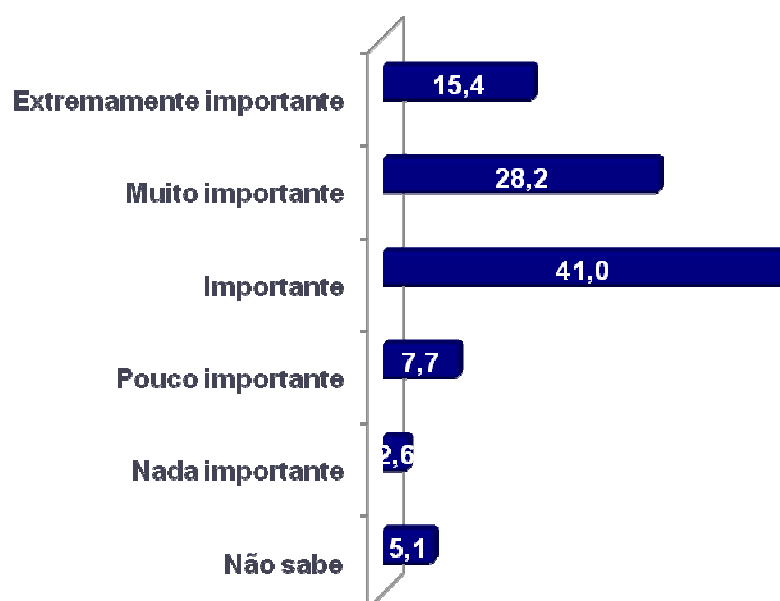
Grau de contribuição das matrizes curriculares e das atividades oferecidas pela ESCS para a formação de cidadãos



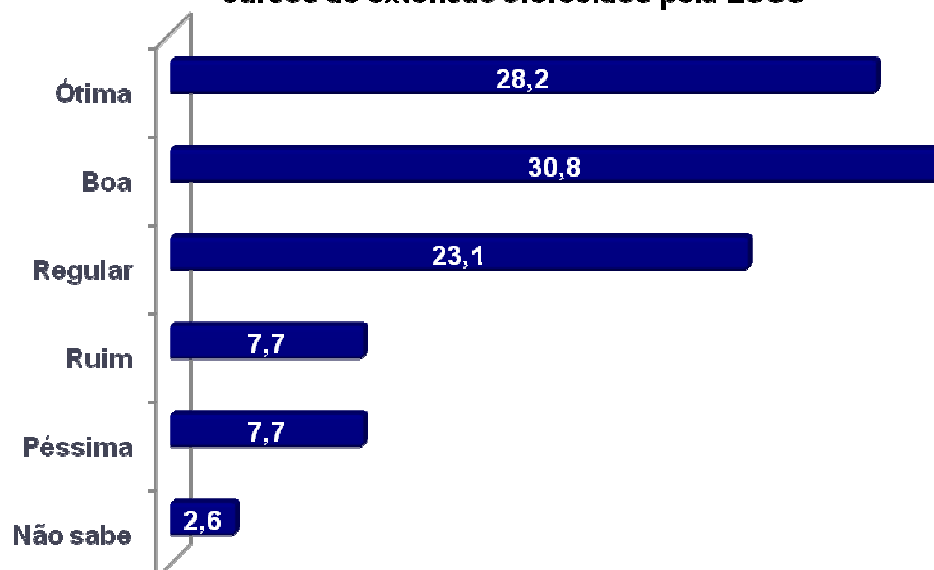
Avaliação da quantidade de bolsas de iniciação científica e estágios oferecidos aos alunos pelo CPDOC na ESCS



Grau de importância dos eventos, seminários e cursos de extensão oferecidos pela ESCS

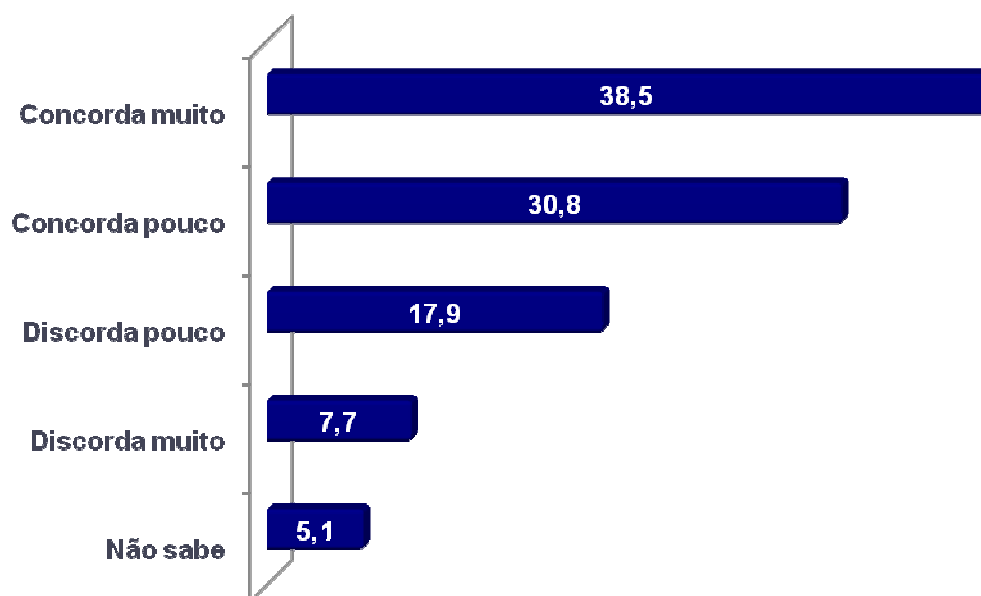


Avaliação da divulgação desses eventos, seminários e cursos de extensão oferecidos pela ESCS

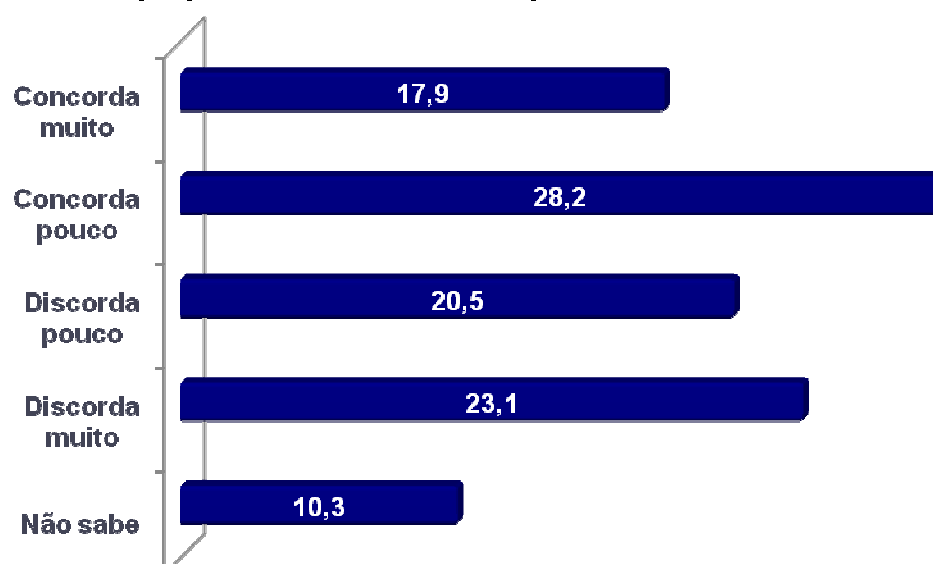


- **Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição**

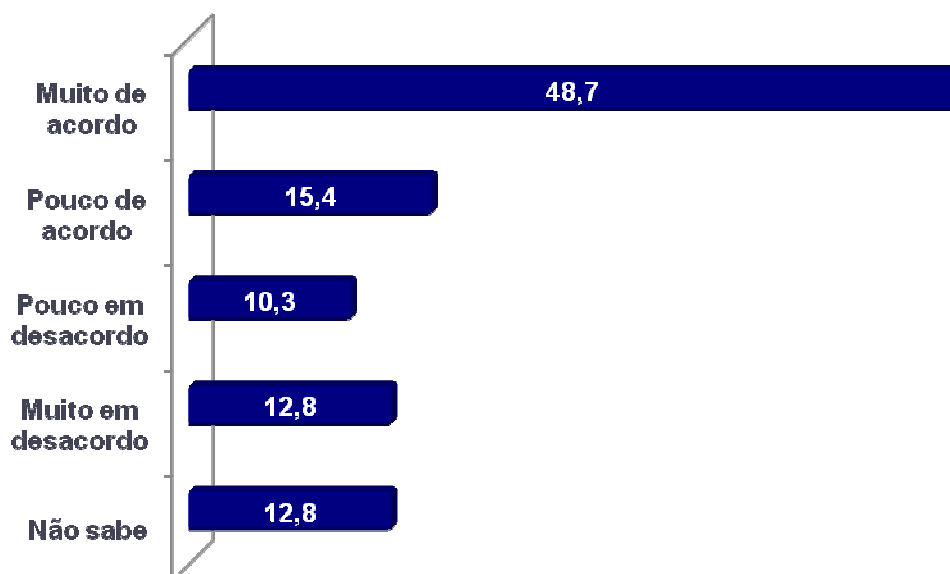
Concordância quanto ao estímulo proporcionado pela ESCS ao conhecimento de problemas atuais, de âmbito Nacional e Regional



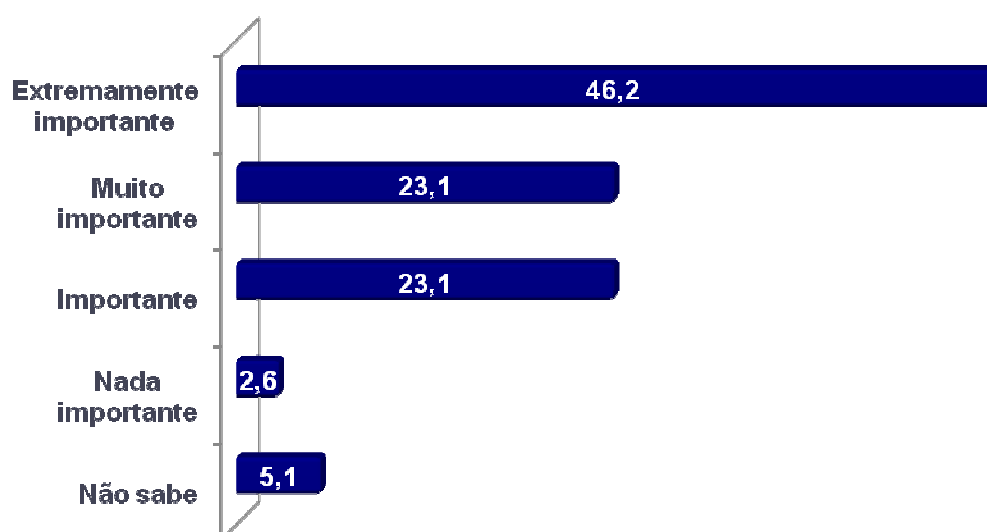
Concordância quanto a relação de reciprocidade da ESCS proporcionando serviços especializados à comunidade



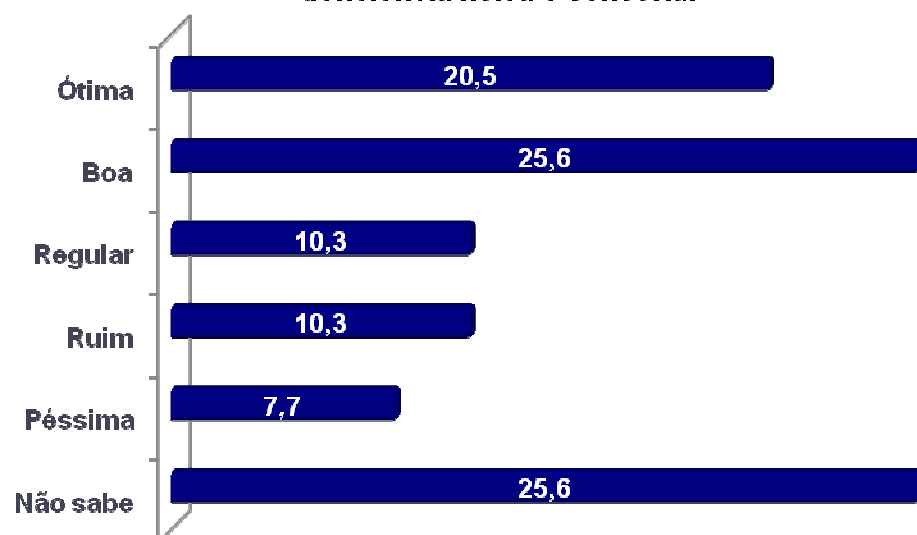
Considerando a real necessidade, concordância com a quantidade de bolsas de desconto de mensalidade oferecidas pela ESCS



Grau de importância sobre a participação de membros do corpo docente em programas sociais de instituições públicas e ONGs

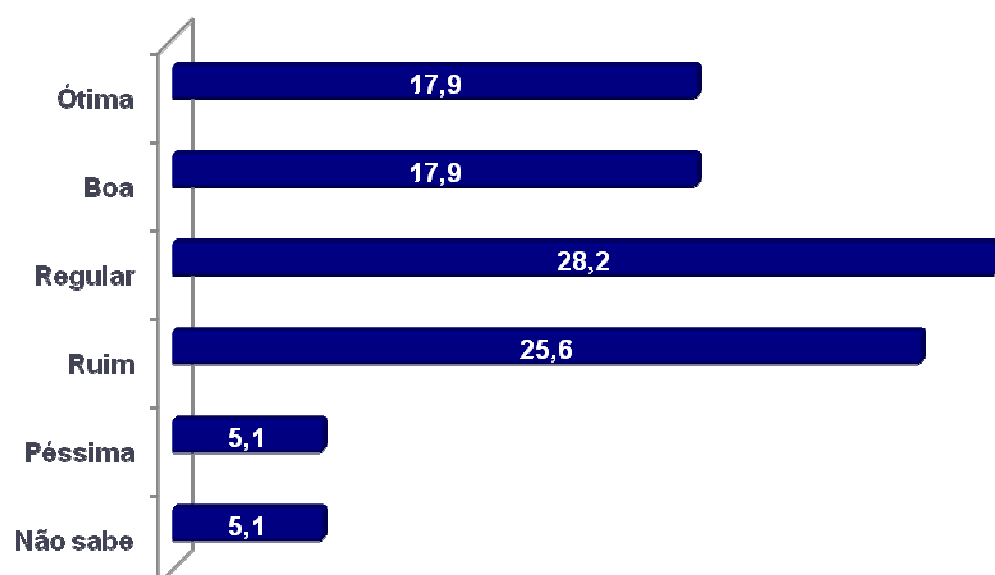


Avaliação das instalações físicas da ESCS, tais como adequação de mobiliário, equipamentos urbanos e acessibilidade a portadores de deficiência física e sensorial



▪ **Dimensão 4: A comunicação com a sociedade**

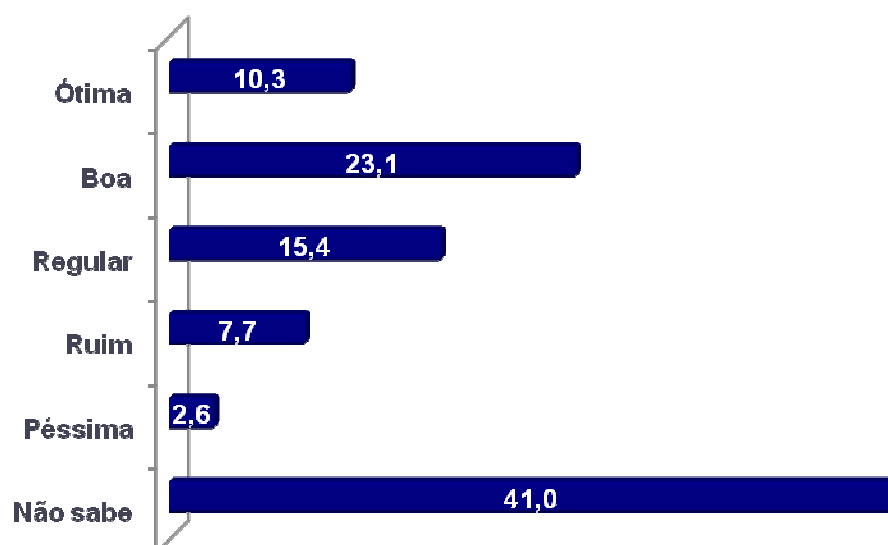
Avaliação dos espaços de divulgação das atividades e eventos da ESCS



Frequência com que dispõe e utiliza o serviço de ouvidoria da secretaria de atendimento ao discente da ESCS

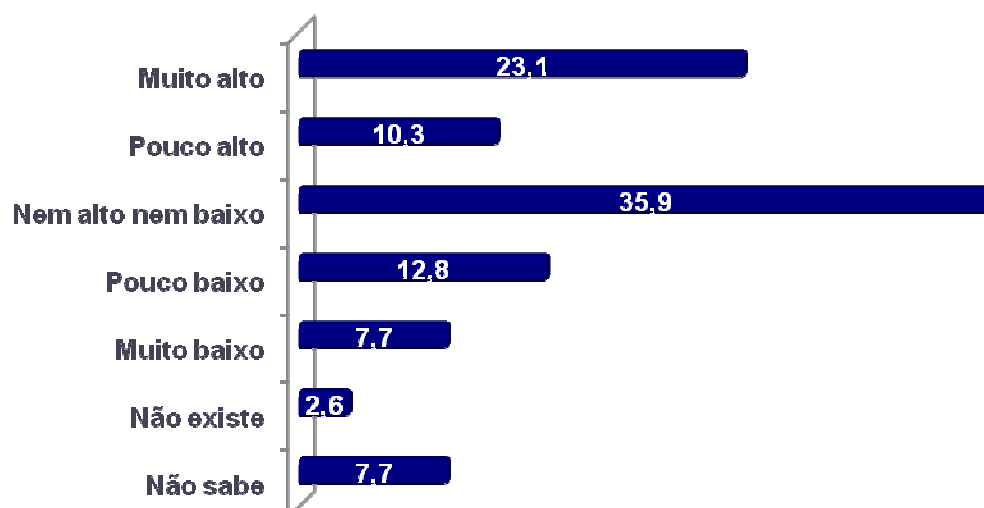


Avaliação do funcionamento da ouvidoria da ESCS como um elo de comunicação entre a instituição e a comunidade interna e externa

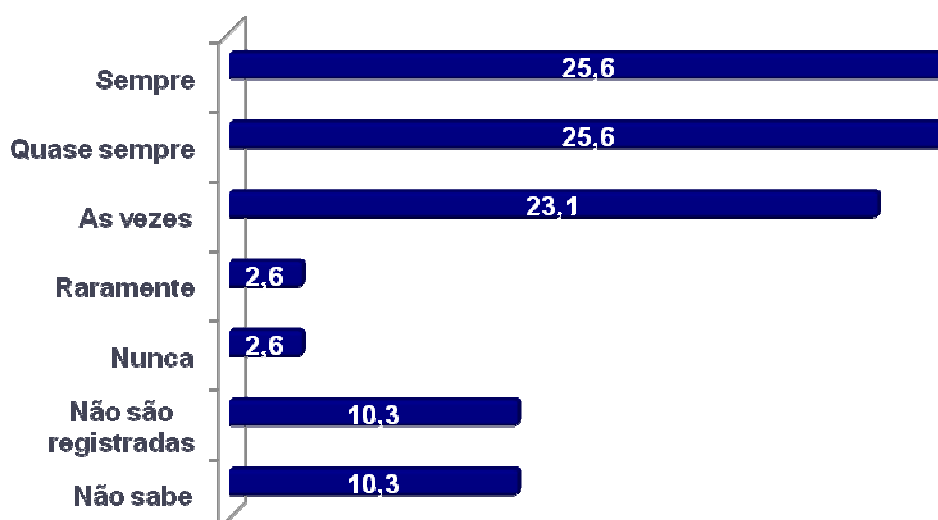


- **Dimensão 6: Organização e gestão da instituição**

Grau de respeitabilidade quanto à representatividade dos membros da comunidade acadêmica nos Conselhos e Colegiados



Frequência do registro em atas das deliberações ou normatizações na ESCS

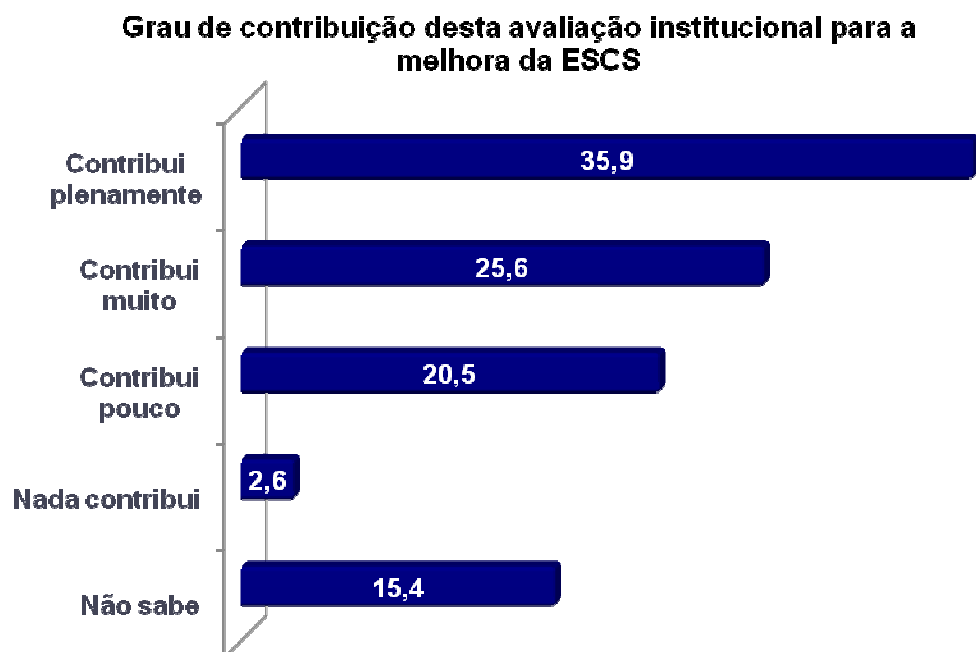


- **Dimensão 7: Infraestrutura física**

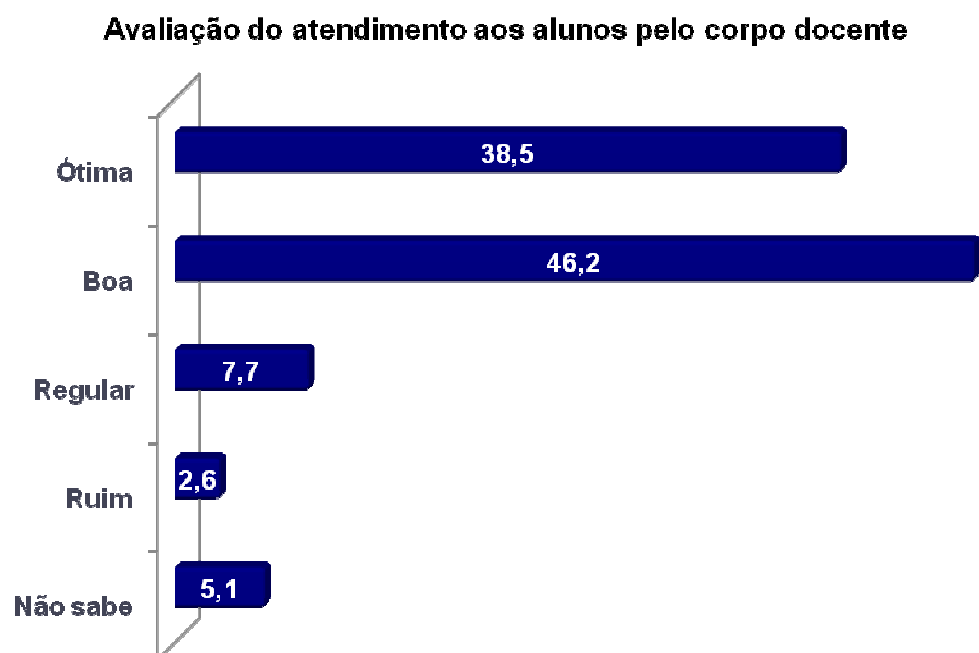
Avaliação das instalações da ESCS - Média das notas entre 0 e 10



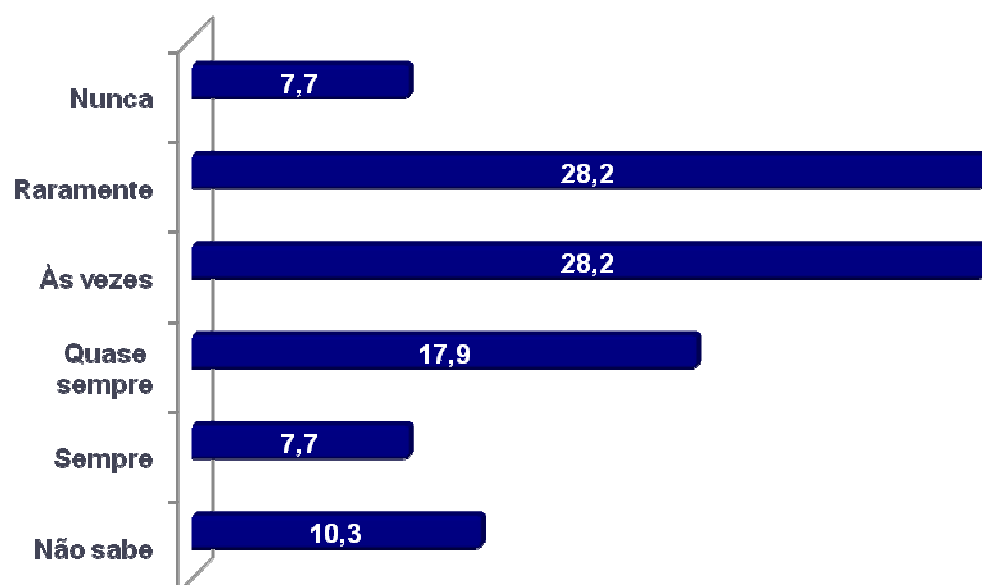
- Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional



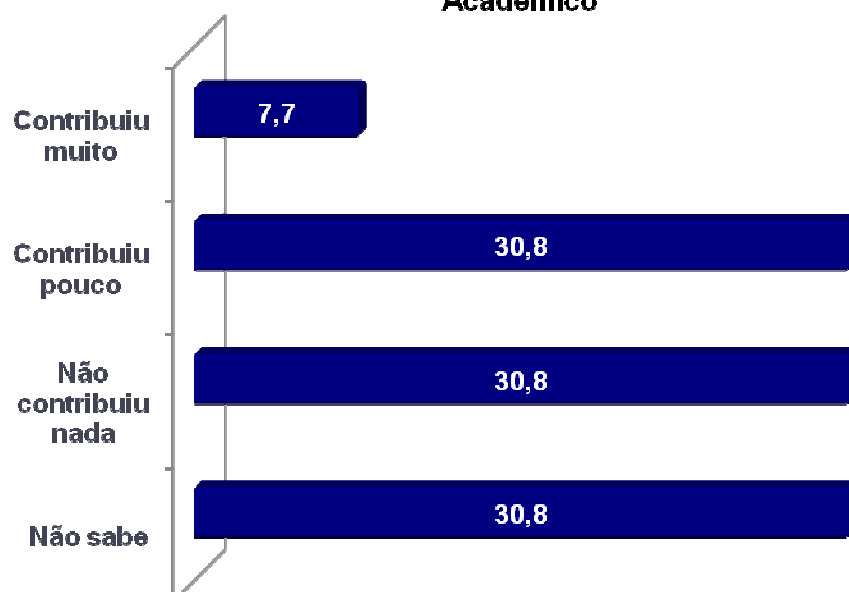
- Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes



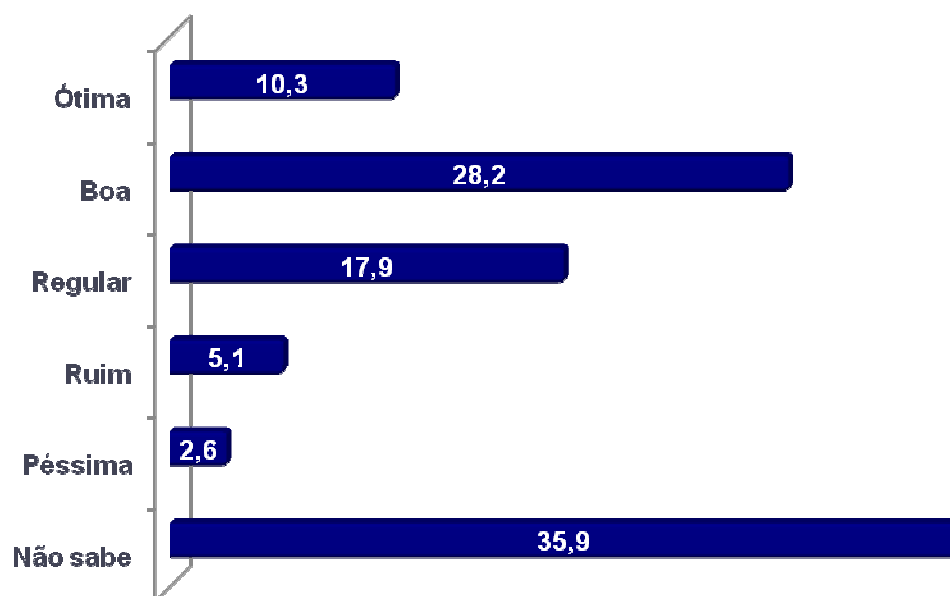
Frequência com que a ESCS incentiva o corpo discente à participação em eventos científicos e culturais de abrangência nacional



Grau de contribuição para implementação do Diretório Acadêmico

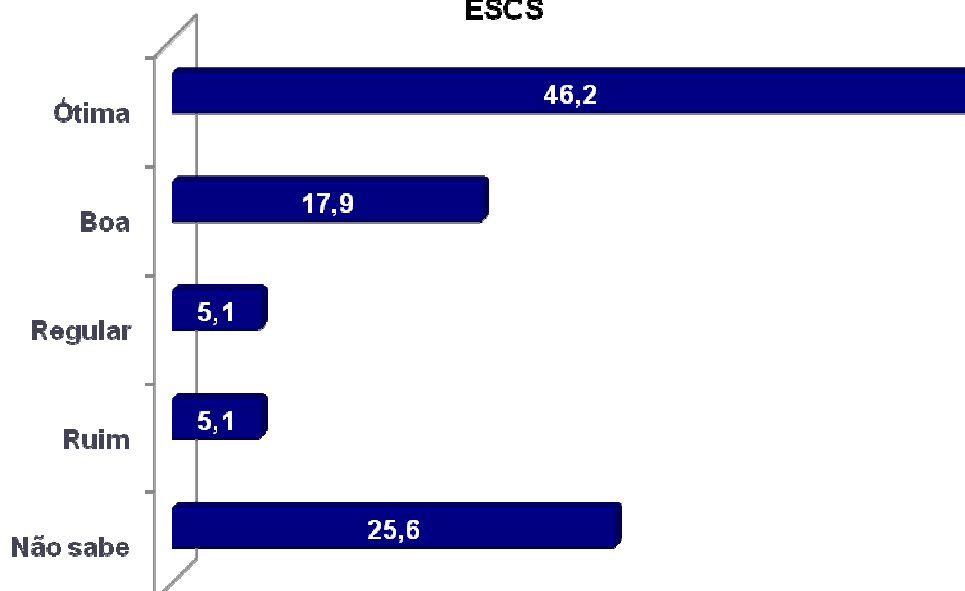


Avaliação do auxílio da ESCS proporcionado aos egressos



▪ Dimensão 10: Sustentabilidade financeira

Avaliação sobre a saúde financeira da FGV, mantenedora da ESCS



**Avaliação da transparência na divulgação de informações
sobre a saúde financeira da FGV**

